

h
STZ



**POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SOCIEDADE PARA A
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S.A.**

Relatório e Contas 2015

Índice

I. Relatório de Gestão

1. Introdução	6
2. Governo da Sociedade.....	10
2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade.....	10
2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita	11
2.3. Transações relevantes com entidades relacionadas	13
2.4. Outras transações	13
2.5. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais.....	14
2.6. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental.....	16
2.7. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo (Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro).....	24
2.8. Código de Ética	25
2.9. Sistema de controlo para proteção dos investimentos e ativos.....	25
2.10. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses	25
2.11. Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1, da Resolução do Conselho de Ministros 19/2012, de 23 de fevereiro.	26
3. Cumprimento das Orientações Legais	27
3.1. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 38.º, do DL 133/2013, de 3 de outubro	27
3.2. Gestão de Risco Financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.....	28
3.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores.....	31
3.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas, emitidas aquando da aprovação das contas de 2014	33
3.5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	34
3.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento e reembolsos de despesas de representação pessoal a gestores públicos	39
3.7. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do DL – n.º 133/2013, de 3 de outubro, no que se refere à proibição de realização de despesas não documentadas.....	39
3.8. Aplicação do disposto no n.º 2 da RCM – n.º 118/2014, no que se refere ao relatório sobre remunerações	39

3.9. Contratação Pública	39
3.10. Medidas tomadas no âmbito da Lei n.º 66-A/2012, ao nível da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado	41
3.11. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015.....	41
3.12. Redução do número de trabalhadores (art.º 60º da Lei 82-B/2014).....	44
3.13. Cumprimento do previsto no Art.º 28º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, e na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	44
3.14. Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado	45
3.15. Divulgação de informação no portal da empresa e no portal do SEE	45
3.16. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 1211-DGTF de 27 de fevereiro de 2015.....	46
4. Estrutura Acionista.....	48
5. Atividade Desenvolvida em 2015	49
5.1. Funcionamento da Sociedade.....	49
5.2. Investimento e Financiamento	49
5.3. Ações desenvolvidas.....	49
5.4. Constrangimentos e desenvolvimento	52
6. Orçamento.....	54
6.1. Despesa Realizada	54
6.2. Financiamento Recebido.....	55
6.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário.....	59
7. Análise Económica e Financeira.....	74
7.1. Balanço	74
8. Proposta de Aplicação de Resultados	75
9. Informação Complementar	76
9.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	76
9.2. Outras Obrigações Legais.....	76
9.3. Referências	76

II. Práticas de Boa Governação Societária – Grelha de Validação

III. Demonstrações Financeiras



- III.1 - Balanço**
- III.2 - Demonstração dos Resultados**
- III.3 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- III.4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- III.5 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

IV. Certificação Legal das Contas

V. Relatório e Parecer do Fiscal Único

VI. Relatório de Monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

VII. Anexo ao Relatório de Gestão nos Termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais



I.

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objetivo:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas, de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, a Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (doravante designada por Polis Litoral Ria Formosa), sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Esta sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o quadro estratégico da intervenção, elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A Sociedade iniciou a sua atividade em 7 de julho de 2008 (data da 1ª Assembleia Geral), tendo havido uma 2ª Assembleia Geral em 15 de setembro, destinada a aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2008.

Em 24 de julho de 2009 realizou-se a 3ª Assembleia Geral, tendo sido deliberado pelos Acionistas aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008 e o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2009.

Em 3 de dezembro de 2010 foi realizada a 4ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2009, o Plano de Atividades e Orçamento para 2010 e o Plano Estratégico.

Nesta mesma Assembleia Geral, foi proposta e aprovada por unanimidade a eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade, do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, em substituição do Senhor Engenheiro Francisco José Fernandes Leal, que apresentou renúncia ao cargo, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d), do nº 3, do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Em 02 de fevereiro de 2012 foi realizada a 5ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2010.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Em 28 de dezembro de 2012 foi realizada a 6ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2011 e a alteração do prazo de duração da Sociedade, constante no nº 1, do artigo 3.º dos Estatutos, para 31 de dezembro de 2014.

Nesta mesma Assembleia Geral, foram propostas e aprovadas, com a abstenção do representante do Município de Olhão, as seguintes alterações na composição do Conselho de Administração da Sociedade, com a eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, do Senhor Engenheiro Manuel Augusto Ruano Lacerda, em substituição da Senhora Engenheira Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, e do Vogal do Conselho de Administração da Sociedade, do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Senhor Doutor Sebastião Francisco Seruca Emídio, em substituição do Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d), do nº 3, do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

À semelhança das anteriores, nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Posteriormente ocorreu, em 17 de junho de 2013, uma Deliberação Social Unânime por Escrito, autorizando a realização dos investimentos da Ação de Intervenção e Requalificação dos Ilhotes e Ilha Deserta e da Ação de

Requalificação do Acesso Viário às Quatro Águas, esta última condicionada à realização da parcela de financiamento respeitante à Câmara Municipal de Tavira.

Em 24 de outubro de 2013, através de uma nova Deliberação Social Unânime por Escrito, foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, o Senhor Doutor Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira, em substituição do Senhor Engenheiro Manuel Augusto Ruano Lacerda.

Entretanto, em 30 de dezembro de 2013, através da Deliberação Social Unânime por Escrito, foi eleito para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade o Senhor Doutor Vitor Manuel Gonçalves Aleixo, em substituição do Senhor Doutor Sebastião Francisco Seruca Emídio.

Em 30 de maio de 2014, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foram autorizadas a realização dos investimentos da Ação 2.1 de Intervenção e Requalificação da Península do Ancão – 1ª Fase (Remoção de edificações não consideradas de 1ª e única habitação), das Ações 2.2/2.3 do Plano de Ação e Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco e ainda a Ação 1.1 da Ponte e Acessos à Ilha de Faro, esta última condicionada à realização da parcela de financiamento respeitante à Câmara Municipal de Faro.

Em 11 de agosto de 2014 foi realizada a 7ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2012.

Em 20 de agosto de 2014, foi retomada a Assembleia Geral tendo sido aprovada, com o voto contra do Município de Olhão, a alteração do prazo de duração da Sociedade, constante no nº 1, do artigo 3.º dos Estatutos, para 31 de dezembro de 2015.

Nessa mesma reunião foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2014, com os votos contra dos Municípios de Faro e de Olhão, e autorizadas a realização dos investimentos da Ação 2.1 – Renaturalização – PIR da Ilha da Culatra – Núcleo dos Hangares e da Ação 2.1 – Renaturalização – PIR da Ilha da Culatra – Núcleo do Farol Nascente.

Em 11 de dezembro de 2014 foi realizada a 8ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas e ainda o Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2013.

Entretanto, em 29 de junho de 2015 foi realizada a 9ª Assembleia Geral, onde foi eleito para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade o Senhor Doutor Rogério Conceição Bacalhau Coelho, em substituição do Senhor Doutor Vitor Manuel Gonçalves Aleixo.

Em 30 de dezembro de 2015 foi retomada e concluída a 10ª Assembleia Geral, que anteriormente tinha tido início em 26 de novembro e continuação em 16 de dezembro, tendo sido aprovado o Relatório de Gestão e as Contas e ainda o Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2014. O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 foi também aprovado, mas com o voto contra do Município de Olhão. Ainda no decurso dessa reunião, foi

W
Sitz



ainda aprovada, com o voto contra do Município de Faro e a abstenção do Município de Olhão, a alteração do prazo de duração da Sociedade, constante no nº 1, do artigo 3.º dos Estatutos, para 31 de dezembro de 2016.

2. Governo da Sociedade

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Dando seguimento às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015”, constantes do Ofício Circular n.º 712 da DGTF de 12 de fevereiro de 2016, e às instruções em vigor para a preparação do Relatório de Governo Societário.

É com este enquadramento, precedido do correspondente juízo de valor sobre a adequabilidade, em função da dimensão da Sociedade e das suas demais características, que foi produzido o correspondente Relatório de Governo Societário, o qual acompanhará o presente Relatório de Gestão.

2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade

A missão que a Sociedade prossegue e que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, que a constituiu, visa levar a cabo um conjunto de iniciativas e operações de requalificação e valorização ambiental e urbana na Área de Intervenção do Plano Estratégico, nomeadamente:

- A realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, o que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira, visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais desta faixa litoral, a requalificação e valorização dos pequenos aglomerados costeiros, a valorização dos núcleos piscatórios e a promoção da mobilidade sustentável, a valorização de espaços para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.
- A dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objetivos:

- Integrar um conjunto de projetos/ações concordantes com as orientações estratégicas setoriais e territoriais definidas para a região do Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- Materializar uma operação integrada, quer em termos de projetos/ações a realizar, quer em termos de atores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;

- Consubstanciar uma estratégia supra municipal e intersetorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;
- Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria Formosa, assente em três grandes objetivos — *Valorizar o património, qualificar o território e dinamizar a sua vivência.*

definidos e enquadrados através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008.

Os objetivos descritos têm vindo a ser cumpridos, tendo em conta o desenvolvimento plurianual da Intervenção.

O Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão, tem desenvolvido a sua atividade prosseguindo as seguintes políticas e orientações estratégicas:

- Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos Acionistas;
- Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente garantindo os princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade;
- Melhoria da gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económicas, social e ambiental;
- Informação e divulgação das atividades de acordo com a legislação e outras orientações dos Acionistas.

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000 €, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português (63%) e as Câmaras Municipais de Faro (14%), Olhão (11%), Tavira (9%) e Loulé (3%).

2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita

O funcionamento da Polis Litoral Ria Formosa é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes.

A atividade da Polis Litoral Ria Formosa é assegurada no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque EXPO 98, S.A., através dos serviços prestados por esta empresa, os quais não se limitam às atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, envolvendo também as

competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objeto social da Polis Litoral Ria Formosa e a prestação de apoio aos seus Órgãos Sociais.

A Polis Litoral Ria Formosa, para além de atuar em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, está ainda sujeita aos seguintes regulamentos internos e externos:

Regulamento Internos

- Estatutos da Sociedade (anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2008 de 3 de junho);

Regulamentos Externos

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho: “Aprova a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, abreviadamente designado “Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira”;
- Decreto-Lei N.º 92/2008, de 03 de junho: “*Constitui e define a finalidade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., que tem por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção*”;
- Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado;
- Decreto-Lei n.º 133//2013, de 03 de outubro: Estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Definindo os princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei e os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.
- Normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais;
- Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro: “Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos.”;
- Código de Expropriações – Lei N.º 56/2008, de 4 de setembro: “Aprova o Código das Expropriações que regula todo o procedimento expropriativo.”;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Planos Especiais de Ordenamento do Território: Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura –

Vila Real de Sto. António e Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa;

- Planos setoriais de Ordenamento do Território: Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- Planos Regionais: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve;
- Planos Municipais: Planos Diretores Municipais dos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Loulé e Vila Real de Sto. António.

2.3. Transações relevantes com entidades relacionadas

Neste contexto, não existem transações relevantes com entidades relacionadas e os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços têm critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que asseguram a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.

2.4. Outras transações

As transações efetuadas cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Em 2015 não foram realizadas transações fora das condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos, com valor que seja superior a um milhão de euros.

Relativamente aos contratos das empreitadas, cujo valor faturado excedeu 1 milhão de euros, verificou-se o seguinte:

- Intervenção e Requalificação dos Ilhotes (Altura, Côco, Cobra, Ramalhetes e Ratas) e Ilha Deserta (Ramalho Rosa Cobetar, S.A.) 1.623.600,01 €, c/ IVA
- Requalificação das Quatro Águas – Tavira – Bloco A (Vibeiras, S.A.)..... 2.439.764,39 €, c/ IVA
- Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 1 – Tavira (Ramalho Rosa Cobetar, S.A.) 1.336.933,86 €, c/ IVA
- Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 2.1 – Faro / Olhão (Rohde Nielsen A/S)..... 1.840.080,00 €, c/ IVA
- Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco – Intervenção 2.2 – Esteiro do Ramalhete / Barra do Ancão (Sofareia, S.A.)..... 2.300.078,92 €, c/ IVA

2.5. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O modelo de governo adotado pela Polis Litoral Ria Formosa é o clássico, composto pelos seus Órgãos Sociais - Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único - de acordo com o previsto nos Estatutos da Sociedade. Os Órgãos Sociais, que a seguir se enunciam, foram eleitos, tendo em conta as alterações entretanto ocorridas em 2015:

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: João Pinto Guerreiro
- Secretário: Maria da Conceição Janeiro Godinho Calhau, após 29 de junho de 2015

A Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos Acionistas da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros - um presidente e dois vogais - designados em Assembleia Geral, que elege também o presidente do Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

- Presidente: Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira
- Vogal (1): João Manuel da Silva Alves
- Vogal (2): Rogério Conceição Bacalhau Coelho, após 29 de junho de 2015

Ao Conselho de Administração compete a gestão da atividade da Sociedade, nos termos do previsto nos seus Estatutos.

O Conselho de Administração da Polis Litoral Ria Formosa não atribuiu funções e responsabilidades específicas aos seus membros.

A Fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, com poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

Fiscal Único:

- Efetivo: DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro.
- Suplente: Manuel Lázaro Oliveira Brito.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não recorre a serviços de Auditoria Externa.

Estatuto Remuneratório Fixado

Mesa Assembleia-Geral:

- Presidente – Senha de presença no valor de 300,00 euros;
- Secretário – Senha de presença no valor de 250,00 euros.

Aplicaram-se a estes valores a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 27 de fevereiro que acumulou com a prevista no artigo nº 2 da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro (redução remuneratória conforme disposto no artigo 2º conjugada com a reversão da redução remuneratória temporária do artigo 4º, a partir de 01/01/2015).

Conselho de Administração:

- Presidente – Senha de presença no valor de 250,00 euros por reunião;
- Vogais – Senha de presença no valor de 200,00 euros por reunião.

Aplicaram-se a estes valores a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 27 de fevereiro que acumulou com a prevista no artigo nº 2 da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro (redução remuneratória conforme disposto no artigo 2º conjugada com a reversão da redução remuneratória temporária do artigo 4º, a partir de 01/01/2015).

Órgão (s) de Fiscalização

- Remuneração atual de 943,00 euros/ mês (c/IVA), inferior ao limite de 1.442,13 € estabelecido em AG.

Aplicaram-se a este valor as reduções remuneratórias, efetuada a partir de 1 janeiro 2012, nos termos do despacho SETF nº 1315/2010.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, e composto por um representante de cada uma das seguintes entidades:

Conselho Consultivo:

- > ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (que preside);
- > APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
- > TP - Turismo de Portugal, I.P.;
- > IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- > Entidades que sucedem nas competências ao extinto IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.;
- > CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;



- > Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- > Município de Vila Real de Santo António;
- > Águas do Algarve, S.A.

2.6. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental

2.6.1. Estratégias adotadas

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, constitui a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e participações minoritárias dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, sendo esta uma das primeiras operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização.

A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa atividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

As características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e setorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da Ria Formosa como uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das atividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- ✓ A primeira, que agrega os projetos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e

renaturalização das áreas degradadas, fundamentais para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa — zona costeira preservada.

- ✓ A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem — zona costeira vivida.
- ✓ A terceira e última, que agrega um conjunto de projetos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como fator de competitividade — zona costeira de recursos, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

A cada um dos objetivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as ações/projetos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de ações/projetos a considerar, quer para a prossecução dos objetivos de cada um dos Eixos Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objetivos estratégicos definidos no PNPOT para a região do Algarve, e assumidos no seu respetivo plano regional.

Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável”.

- > Proteção e requalificação da zona costeira, visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve, de “Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo”.

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Fator de Competitividade

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve, de “Robustecer e qualificar a economia” e “Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer”.

- > Valorização de atividades económicas ligadas aos recursos da Ria;

- > Valorização dos “espaços-ria” para fruição pública;
- > Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural.



2.6.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No ano de 2015, foram cumpridas as metas fixadas inicialmente, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

Em 2015 finalizaram-se todos os projetos que estavam no ano anterior em fase avançada de desenvolvimento, bem como todos aqueles que necessitam de Avaliação de Impacte Ambiental. Foi sobretudo o ano de execução de um grande volume de empreitadas, como se comprova com a execução de onze (11) empreitadas.

A final, refere-se também que em 2015:

- a Sociedade continuou limitada na sua ação pelo deliberado, pelo acionista maioritário, na sua Assembleia Geral realizada, em 3 de dezembro de 2010, que obriga a *“que o Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam devidamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento”*, situação esta que aquele acionista manteve em anos posteriores inclusive 2015;
- o atraso significativo na aprovação das candidaturas de “Parque Ribeirinho do Ludo” e “Parque Ribeirinho de Olhão – Renaturalização dos tanques de piscicultura” pelo POAlg21, atrasou consideravelmente o lançamento de concurso destas empreitadas, que no entanto foram ainda executadas e concluídas em 2015;
- A CMVRSA, não acionista da Sociedade, não reuniu em definitivo as condições financeiras que permitissem o lançamento da empreitada “Ligação Pedonal em Cacela (Fábrica) e Manta Rota”, que possuía já contratos de financiamento com o PIT e com o POAlg21;
- a dificuldade registada na transferência de algumas ações (cujos projetos se encontravam aprovados) da prioridade B para a prioridade A da candidatura “Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa” – projetos, empreitadas e fiscalização, o que não permitiu o lançamento de algumas empreitadas;

- o facto das empreitadas terem sido adjudicadas por valores inferiores aos previstos no orçamento e o rigoroso acompanhamento técnico e financeiro da execução destas, baixou em termos financeiros a execução, prevista, da Sociedade em 2015.

2.6.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de ações estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais. Esta atuação tem em conta a igualdade de oportunidades, promove mecanismos adequados de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização dessas decisões.

2.6.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da Intervenção

Conforme expresso no ponto referente ao **Grau de cumprimento das metas fixadas**, verifica-se a existência de condicionantes ao desenvolvimento da atividade da Sociedade o que irá interferir na concretização da intervenção no prazo, já prorrogado, estabelecido no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa.

Os principais problemas atualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

- i) Financiamento de expropriações e realojamentos;
- ii) A conclusão da subscrição da totalidade do Capital Social, pelo Acionista Câmara Municipal de Olhão;
- iii) O estabelecimento de protocolos com a DocaPesca, tendo em vista a obtenção de uma parceria para a componente do financiamento nacional, em alguns projetos;
- iv) Garantia de obtenção da totalidade do Financiamento Comunitário, tal como previsto no Plano Estratégico.
- v) Atraso:
 - na abertura ou mesmo não abertura de avisos de candidaturas a financiamento comunitário;
 - na apreciação e aprovação ou mesmo não apreciação e aprovação de reprogramações de candidaturas efetuadas a financiamento comunitário,o que se traduziu e traduz em alterações significativas de circunstâncias com implicações no prazo, custo e âmbito da Intervenção;

- vi) Prazo despendido com pareceres de entidades externas à Sociedade cujos teores traduziram alterações a procedimentos (Estudos, Projetos e Outros);
- vii) Tempo legal de desenvolvimento de projetos com AIA;
- viii) Tomadas de posse das edificações ilegais situadas em DPM, com utilização por privados;

2.6.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

❖ Responsabilidade Social

- **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação**

A Polis Litoral Ria Formosa promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

- **Gestão adequada do capital humano da Sociedade, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**


A Polis Litoral Ria Formosa aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- **Adoção de práticas ambientalmente corretas**

Um fator preponderante da estratégia da intervenção nesta matéria é a componente do marketing territorial que tem por objetivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção da Polis Litoral Ria Formosa.

Pretende-se dar a conhecer as alterações a realizar bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.



Apesar da introdução de restrições orçamentais e da redução de colaboradores, a Sociedade procurou manter as ações de comunicação que visam manter a população atualizada no que diz respeito ao desenvolvimento das ações da Polis Litoral Ria Formosa, seus projetos e obras, principalmente no decurso da sua implementação, promovendo ações diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objetivos finais da intervenção.

Os projetos de requalificação e valorização ambiental a implementar pela Polis Litoral Ria Formosa assentam fundamentalmente na promoção da qualidade de vida das populações, da competitividade e atratividade do Território, como orientações estratégicas para as suas intervenções.

Durante o ano de 2015, esta Sociedade continuou a implementar as seguintes medidas:

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos para aquisição de Projetos, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de normas/requisitos ambientais claros em todas as contratações de Projetos, sob a forma de um documento denominado Orientações Ambientais para Projetos de Conceção de Edifícios e de Espaços Públicos, que tem por objetivo fornecer orientações metodológicas específicas para o desenvolvimento dos projetos a conceber no âmbito da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com vista à integração harmoniosa de diversas vertentes ambientais;
- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos, para aquisição de Empreitadas, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de Plano de Gestão Ambiental e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em todas as contratações de Empreitadas, assegurando assim a prestação do serviço com a minimização dos impactes ambientais associados. Visa ainda cumprir com o estipulado na RCM 65/2007, no que se refere a permitir que na fase de execução dos contratos devam prever-se mecanismos de efetivo controlo por parte das entidades adjudicantes, do cumprimento dos critérios ambientais que foram integrados e valorizados na fase de formação do contrato;

Ao nível do cumprimento das melhores práticas ambientais, foram mantidas as seguintes medidas:

- > Apetrechamento da Sede da Sociedade com sistemas de iluminação e de climatização modernos e eficientes;
- > Aquisição, em regime de aluguer, dos equipamentos de impressão e cópia, o que se traduz numa intenção de minimizar o consumo de matérias-primas;



- > Adoção de normas internas de funcionamento com vista à redução dos consumos energéticos e de matérias-primas, de que são claros exemplos a reutilização de papel, a utilização de papel reciclado e a impressão frente e verso.

❖ **Desenvolvimento sustentável**

- **Criação de valor para os Acionistas (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)**

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência. Na intervenção a realizar, a Polis Litoral Ria Formosa terá sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

- **Promoção da proteção ambiental**

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas atividades que desenvolve, a Polis Litoral Ria Formosa assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a otimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria Formosa têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

- **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

A política de recrutamento da Polis Litoral Ria Formosa continuará a basear-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

❖ **Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade**

A Polis Litoral Ria Formosa dinamiza a sua atividade tendo sempre em vista a satisfação das necessidades públicas, através da concretização de variadíssimas ações, nomeadamente:

- > A reestruturação e consolidação das estruturas de proteção costeira existentes que assegurarão a manutenção equilibrada das zonas costeiras particularmente ameaçadas pelo avanço do mar, garantindo a manutenção dos diferentes usos do território abrangido, numa ótica sustentável de valorização e prevenção do risco;
- > A manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro que assegurará a estabilidade biofísica do mesmo;

- > O reordenamento e valorização de frentes marítimas, com vista à contenção da ocupação em zonas de risco, que nalguns casos passará mesmo pela retirada programada dessas ocupações;
- > A reabilitação e valorização de zonas lagunares degradadas;
- > Ações de valorização ambiental em áreas naturais adjacentes a zonas balneares, criando áreas de lazer, percursos pedonais de interpretação da natureza, com espaços complementares ao turismo sol-mar;
- > A recuperação do património construído através da sua reabilitação e dinamização;
- > A valorização de espaços balneares, permitindo ao público usufruir das praias em toda a sua extensão e aproveitando todas as infraestruturas criadas;
- > A criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição da zona costeira, nomeadamente pela criação de uma rede de circuitos cicláveis e pedonais;
- > Requalificação de frentes ribeirinhas, dando-lhes condições de vivência e usufruto pela população e visitantes, permitindo uma ligação mar-terra de qualidade;
- > Criação de condições para a preservação das tradições e manutenção das atividades económicas de base tradicional ligadas ao setor primário;
- > Criação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e atividades de lazer, dinamizando estas atividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural;
- > Criação de estruturas de apoio a atividades de descoberta da natureza;
- > Criação de locais próprios para o estacionamento e estadia de autocaravanas, que sejam mais favoráveis do ponto de vista ambiental, mas igualmente favorecidos do ponto de vista da sua atratividade;
- > Criação de um equipamento de referência, âncora fundamental de um novo relacionamento entre a comunidade e o Parque Natural que, além de poder albergar instalações administrativas ou de investigação associadas ao Parque Natural/ICNF, incluirá um centro de interpretação e monitorização dos ecossistemas.

2.6.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Sociedade, designadamente pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.

A competitividade da empresa é um desígnio a cumprir no desenvolvimento das suas atividades. Deste modo, e entre outros, a realização de estudos, projetos e empreitadas revelaram e revelam novos conceitos e modelos inovadores adaptando-se e evoluindo, em parte, dada a legislação de referência ser recente. Quanto ao desenvolvimento e integração das novas tecnologias na “produção” apenas se refere que é total e em evolução contínua.

2.6.7. Plano de ação para o futuro

A Polis Litoral Ria Formosa, S.A. tem a sua ação limitada no tempo pelo que a sua atuação se limita à prossecução da realização das ações previstas no seu Plano Estratégico da Intervenção.

2.7. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo (Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro)

Em função da sua especificidade, a Polis Litoral Ria Formosa, criada para a realização de um fim específico, não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a ótica económica.

Relativamente aos Princípios de Bom Governo dirigidos às empresas do setor empresarial do Estado, enunciados no DL 133/2013, de 3 de outubro, estes são na sua generalidade cumpridos direta ou indiretamente, uma vez que a gestão está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO.

A atividade da Sociedade é tutelada por um plano plurianual, devidamente aprovado pelos seus Acionistas, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção.

A Sociedade adota conceitos de igualdade, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Informa os acionistas do modo como cumpriu a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público e em que termos foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.

A Sociedade cumpre a legislação e a regulamentação em vigor e trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos. Neste contexto divulga, anualmente, os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços e adota critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

A Sociedade aderiu a um código de ética.

Em suma, a Sociedade cumpre as Práticas de Bom Governo o que informa aos seus acionistas, revelando nessa informação evidências de tal cumprimento.

2.8. Código de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa, aprovado pelo Conselho de Administração, visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa, em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa encontra-se divulgado a todas as partes interessadas através do site da Sociedade www.polislitoralriiformosa.pt.

2.9. Sistema de controlo para proteção dos investimentos e ativos

Neste contexto a Sociedade tem um sistema de controlo adequado à sua dimensão e complexidade, de modo a proteger os seus investimentos e ativos. Este sistema, exercido pela entidade gestora (Parque Expo 98, S.A.), garante que não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública, como se observa um conjunto de normas e procedimentos, internos a esta entidade, que garantem na generalidade a gestão da qualidade em várias matérias, entre as quais se destacam as de controlo orçamental e de despesa. Desta forma a Sociedade atua com pleno conhecimento dos riscos relevantes assumidos, monitorizando-os e controlando-os.

2.10. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses

Constitui-se como um mecanismo usual na empresa que os membros do Conselho de Administração não possam intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, estando-lhes pois vedado votar sobre assuntos em que tenham, direta ou indiretamente, por conta própria ou por terceiro, um interesse em conflito com a empresa.

Entende-se existir conflito de interesses sempre que, no exercício da sua atividade, os colaboradores sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam, direta ou indiretamente, organizações com que colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco, afinidade ou amizade. Quando tal suceda deverá ser comunicada à administração a existência dessas ligações, procurando encontrar-se uma solução que permita assegurar o desempenho imparcial, objetivo e transparente.

Os administradores da Polis Litoral Ria Formosa, S.A. não têm quaisquer participações patrimoniais na Sociedade, bem como não mantêm relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

2.11. Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1, da Resolução do Conselho de Ministros 19/2012, de 23 de fevereiro.

A Polis Litoral Ria Formosa tem como órgãos sociais um Conselho de Administração, uma Assembleia Geral e um Fiscal Único, terminantemente nomeados pelos Acionistas, estando esta informação divulgada no sítio na internet do SEE.

Muito embora o carácter específico desta Sociedade que, para além dos elementos que constituem os Órgãos Sociais, tem atualmente três funcionários, em matéria de políticas de recursos humanos e promoção da igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, é praticado o princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão do género, de ascendência, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual. Este princípio é aplicado ao atual quadro de pessoal, que é constituído por duas mulheres e um homem.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 38.º, do DL 133/2013, de 3 de outubro

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu ao cumprimento de todas as orientações estratégicas destinadas ao Setor Empresarial do Estado em 2015, obedecendo ao previsto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Tratando-se de Administradores não executivos, a sua avaliação do desempenho tem sido efetuada de acordo com a versão atualizada do DL n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público – conforme definido no ponto n.º 3, do art.º 6º, no qual se indica que a avaliação de desempenho é efetuada por proposta do acionista maioritário, formulada em Assembleia Geral. Por outro lado, o órgão de fiscalização, segundo o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial – valida o cumprimento das exigências relativas ao relatório de boas práticas do governo societário, conforme ponto 2 do art.º 54.

Na universalidade, os grandes objetivos da gestão da Polis Litoral Ria Formosa, S.A. são:

- a obtenção de máximos resultados com mínimo de afetação de recursos humanos, materiais e financeiros, aumentando assim a eficiência;
- o aperfeiçoamento humano e social;
- a divulgação de informação pela Sociedade,

o que se considera cumprido dado que, e respetivamente, a estrutura da Sociedade e da prestadora de serviços Parque Expo, S.A. (além de apoio pontual de sede), bem como a relação interna da Sociedade com os seus funcionários e ainda a colocação de toda a informação relevante no site da Sociedade, revelam este cumprimento.

Na especificidade relativamente a 2015 podemos observar que a Sociedade também cumpre globalmente os objetivos de gestão dado que:

- respeita as orientações estratégicas destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado;
- bem como considera outras orientações de índole mais geral, ou específico, definidas através de despacho das entidades tutelares.

Neste Relatório admitiram-se para orientação, o inserto, no essencial:

- na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - Orçamento de Estado para 2015;
- no ofício circular n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016, da DGTF que se refere às instruções para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão – 2015;
- no Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

3.2. Gestão de Risco Financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Esta Sociedade foi criada visando implementar na Ria Formosa um investimento estimado na ordem dos 87 milhões de euros, para o qual foram desde logo, em sede de criação da Sociedade, previstas as diversas fontes de financiamento.

Assim, entende-se que a matéria de gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Mesmo assim registam-se, em alguns dos pontos deste capítulo, os aspetos julgados relevantes.

3.2.1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

O sistema de gestão de risco financeiro existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base: i) a proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e Municípios); ii) a estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis da Sociedade.

➤ Diversificação de instrumentos de financiamento

O plano de financiamento do investimento da Polis Litoral Ria Formosa está previamente definido e tem por base o Capital Social e Financiamento Comunitário.

➤ Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

Não aplicável para o ano de 2015, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa mais uma vez não recorreu ao financiamento bancário durante este ano.

➤ Diversificação de entidades credoras

Atualmente a Polis Litoral Ria Formosa não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua seleção resulta de processos de contratação pública que seguem as normas legais em vigor.

➤ Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas, os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.

3.2.2. Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico, mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios e fundos comunitários.

- Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária. Da mesma forma, não se encontra exposta a riscos de natureza cambial, na medida em que os investimentos são realizados localmente, não existindo por esse motivo aplicações, nem origens de fundos em outra moeda que não seja o Euro.

- Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.

- Minimização da prestação de garantias reais

Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.

- Minimizações de cláusulas restritivas (covenants)

Não aplicável.

3.2.3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

- Adoção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais

Não aplicável.

- Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rentabilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas para o efeito

Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a requalificação e valorização da Ria Formosa, como um instrumento de política pública que visa um aumento da satisfação e qualidade das condições de vida das comunidades locais e regionais, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presente, por um lado, a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro lado, o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.

- Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento

Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios, financiamento comunitários e parcerias com outras entidades com vista ao cofinanciamento das componentes nacionais.

3.2.4. Inclusão nos Relatórios e Contas

➤ Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos

Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.

➤ Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos

Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.

➤ Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro

Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente, que não recorre a endividamento, entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente.

3.2.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira

A Polis Litoral Ria Formosa nunca contratualizou qualquer operação de “swap”.

3.2.6. Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 janeiro:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva Diversificação de instrumentos de financiamento Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis Diversificação de entidades credoras Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x x x x	Ponto 3.2.1. do R C
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes Consolidação do passivo remunerado: transformação do passivo de Curto em Médio / Longo prazo, em condições favoráveis Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação Minimização da prestação de garantias reais Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x x x x	Ponto 3.2.2. do R C

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				Ponto 3.2.3. do RC
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Financiamento Comunitário e de Capitais Próprios			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	
Inclusão nos R&C				Ponto 3.2.4. do RC
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	Ponto 3.2.5. do RC

Legenda:

FC – Fundos Comunitários CP – Capital Próprio S – Sim N – Não N.A. – Não Aplicável

3.2.7. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2015, na Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro

A Sociedade não possui quaisquer dívidas, não se tendo registado ou estar previsto o recurso à obtenção de capitais por endividamento.

Anos	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	---	---	---
Taxa Média de Financiamento (%)	---	---	---

Passivo Remunerado (€)	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos obtidos	---	---	---	---	---
... dos quais obtidos pela DGTF	---	---	---	---	---
Aumentos de Capital por dotação	---	---	---	---	---
Aumentos de Capital por conversão de créditos	---	---	---	---	---
Endividamento ajustado	---	---	---	---	---

3.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº. 34/2008, de 22 de fevereiro, foi dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas e em conformidade, procedeu-se ao pagamento a fornecedores de acordo com as condições acordadas, tendo-se registado um PMP anual de 26 dias.

Prazo médio de pagamentos a fornecedores nos termos da RCM 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009 e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no DL n.º 65-A/2011, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2015				2014				Var. (%) 4º T 2015 / 4º T 2014
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo	35	25	43	2	15	19	19	31	- 93,548 %

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o Art.º 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias	
Aquisição de Bens e Serviços	172.893,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Aquisição de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Total	172.893,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Mapa da posição a 31/12/2015 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

A Polis Litoral Ria Formosa não possui qualquer pagamento em atraso, de acordo com a definição constante do Artigo 1.º do DL 65-A/2011, de 17 de maio, em que «Atraso no pagamento», significa o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Assim, apesar de à data existirem faturas dos seguintes prestadores de serviços, estas não se encontram com atraso no seu pagamento, pelo que o quadro apresenta-se sem qualquer preenchimento.

Entidade	Valor	Pagamentos em atraso				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
A. Mascote - Contabilidade e Consultoria, Lda.	2,324.70 €	---	---	---	---	---
Armando Oliveira Santos	79.26 €	---	---	---	---	---
BIO 3 - Estudos e Projetos em Biologia e Valoriz. de Recursos Naturais	67,739.34 €	---	---	---	---	---
DFK - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.	2,829.00 €	---	---	---	---	---
GLOBALPROJ - Estudos e projetos Unipessoal, Lda.	783.51 €	---	---	---	---	---

Entidade	Valor	Pagamentos em atraso				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Gonçalo Gomes de Oliveira Xavier	18,336.78 €	---	---	---	---	---
GREENTOOL - Gestão de Projetos e Investimento, Lda.	6,642.00 €	---	---	---	---	---
GWIC, Lda.	6,134.01 €	---	---	---	---	---
José de Sousa Barra & Filhos, Lda.	125.00 €	---	---	---	---	---
Lease Plan Portugal - Com. Aluguer Automóveis Eq. Unip., Lda.	430.15 €	---	---	---	---	---
NCC Facility Services, S. A.	356.70 €	---	---	---	---	---
NOS - Comunicações, S. A.	195.08 €	---	---	---	---	---
Padrão do Saber - Serviços Técnico-Administrativos Unip., Lda.	4,776.50 €	---	---	---	---	---
Parque Expo 98, S. A.	46,069.92 €	---	---	---	---	---
PK Segur	3,198.00 €	---	---	---	---	---
Publisoft - Informática e Formação, Lda.	2,095.23 €	---	---	---	---	---
SULCAMPO - Artigos Náuticos e de Campismo, Lda.	202.37 €	---	---	---	---	---
Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	11,282.48 €	---	---	---	---	---
Xerox Portugal - Equipamentos de escritório, Lda.	642.90 €	---	---	---	---	---

3.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas, emitidas aquando da aprovação das contas de 2014

O R&C 2014 foi aprovado na última reunião da Assembleia Geral, realizada em 30 de dezembro de 2015, na qual foi efetuada a seguinte recomendação:

- i.) O Conselho de Administração deve assegurar o cumprimento integral dos deveres especiais de informação constantes do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e que seja dado cumprimento integral ao disposto no artigo 61º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro

Em complemento a Sociedade continua a tomar em conta as anteriores orientações do Acionista Estado, constantes:

- i.) Da Ata da Assembleia Geral (AG) da Sociedade de 03.12.2010, quanto à necessidade de dispor, previamente à adjudicação de qualquer despesa de investimento, do respetivo financiamento aprovado;
- ii.) Do ponto 6, do Despacho de 28 de abril de 2011, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, quanto à necessidade de autorização prévia da AG da Sociedade para lançamento de qualquer investimento de valor superior a 5% do Capital Social (ou seja, superior a 1,125M€, no caso da Polis Litoral Ria Formosa),

independentemente dos mesmos estarem previstos nos respetivos orçamentos ou planos já aprovados pelo acionista Estado.

Pelo que, a Polis Litoral Ria Formosa tem dado cumprimento integral às recomendações efetuadas.

3.5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não têm remuneração fixa mensal. Refere-se, contudo, que a título de senhas de presença em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral auferiram em 2015 o constante nos quadros seguintes.

Remunerações e outras regalias (valores anuais em euros)

Mesa Assembleia Geral

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual em 2015 (€)			
				Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
2008 – 2015	Presidente	João Pinto Guerreiro	300,00 €	900,00 €	130,50 €	17,10 €	786,60 €
2015 – 2015	Secretário	Maria da Conceição J. G. Calhau	250,00 €	1.000,00 €	145,00 €	19,00 €	874,00 €

Conselho de Administração

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Identificação Entidade	Pagadora
2013 – 2015	Presidente	Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	DUE	24-10-2013	---	---
2008 – 2015	Vogal (1)	João Manuel da Silva Alves	AG	07-07-2008	---	---
2014 – 2015	Vogal (2)	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	AG	29-06-2015	---	---
2013 – 2014	Vogal (2)	Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (***)	DUE	30-12-2013	---	---

Legenda: (1) indicar resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D) *** Desempenhou funções até 30/06/2015

Os membros do CA não são Administradores Executivos, pelo que o quadro infra não se encontra preenchido.

Membro do CA (Nome)	Acumulações de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---

Legenda: Regime (Público / Privado)

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---	---

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D – Origem/Destino

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

Nome	Remuneração Anual em 2015 (€)					
	Varável	Fixa **	Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor Final ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾⁺⁽³⁾
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	6.750,00 €	978,75 €	128,25 €	5.899,50 €
João Manuel da Silva Alves	---	---	5.200,00 €	754,00 €	98,80 €	4.544,80 €
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (***)	---	---	---	---	---	---

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

*** Desempenhou funções até 30/06/2015

Os Vogais Presidentes de Câmara, em 2015, não auferiram remuneração através de Senhas de Presença.

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Anual	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---	---	---
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (*)	---	---	---	---	---	---	---	---

* Desempenhou funções até 30/06/2015

Esta Sociedade, não suporta quaisquer destes encargos com o Conselho de Administração.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal definido	Valos Anual	Observações
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---
Rogério Conceição Bacalhau Coelho			
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (*)	---	---	---

* Desempenhou funções até 30/06/2015

Esta Sociedade, em 2015, não suportou quaisquer destes encargos com o Conselho de Administração.

Encargos com Viaturas								
Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Legenda: (1) aquisição, ALD, Leasing ou outra

Esta Sociedade, não atribui viaturas aos membros do Conselho de Administração.

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (*)	---	---	---	---	---	---

* Desempenhou funções até 30/06/2015

Não atribuindo viaturas ao Conselho de Administração, esta Sociedade não suporta este tipo de encargos.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]		[€]	[€]
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (*)	---	---	---	---	---	---

* Desempenhou funções até 30/06/2015

Esta Sociedade, em 2015, não suportou quaisquer encargos deste tipo com o Conselho de Administração.

Fiscalização**Conselho Fiscal**

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (€/mensal)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
---	---	---	---	---	---

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho

Esta Sociedade, não possui Conselho Fiscal.

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções (4)=(1)-(2)+(3)
---	---	---	---	---

ROC / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Mensal (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Forma ⁽¹⁾	Data	Limite Fixado	Contratada c/IVA 23%	
2008 – 2015	Efetivo	DFK & Associados – SROC,SA	149	AG	28-12-2013	1.442,13 €	943,00 €	2
2008 – 2015	Suplente	Manuel Lázaro Oliveira Brito - ROC	850	AG	28-12-2013	1.442,13 €	---	0

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções (4)=(1)-(2)+(3)
DFK & Associados – SROC,SA	12.177,00 €	861,00 €	---	11.316,00 €

O valor original de 2.750,00 €/Trimestre + IVA da prestação de serviços tem vindo a ser reduzido ao longo da contratação, tendo por base as orientações e as negociações realizadas. Os valores indicados, referem-se à última redução efetuada.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC / ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)			
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Reversão Remuneratória ⁽³⁾	Valor após Reduções (4)=(1)-(2)+(3)
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Esta Sociedade, não possui Auditor Externo.

3.5.1. Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2015, aos membros da Mesa Assembleia Geral

Os membros do Mesa da Assembleia Geral não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foram aplicadas as reduções nas suas senhas de presença.

3.5.2. Cumprimento da Lei 83-B/2014, referente à não atribuição de prémios de gestão, no ano de 2015, aos membros do órgão da Administração

À semelhança dos anos anteriores, em 2015 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

3.5.3. Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2015 nos termos da Lei 83-B/2014, de 31 de dezembro, aos membros do órgão da Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foram aplicadas as reduções nos montantes das suas senhas de presença.

3.5.4. Cumprimento da manutenção em 2015 da redução de 5%, nos termos nos termos do artº 12º da Lei 12-A/2010, aos membros do órgão de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foram aplicadas as reduções nos montantes das suas senhas de presença.

3.5.5. Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2015, aos membros do Órgão de Fiscalização

A fiscalização é efetuada pelo ROC no âmbito da sua prestação de serviços, que tem vindo a sofrer reduções de acordo com as orientações e das negociações ocorridas.

3.5.6. Aplicação da redução remuneratória ao Auditor Externo nos termos da Lei 83-B/2014

A Polis Litoral Ria Formosa não possui Auditor Externo.

3.5.7. Aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2015 aos trabalhadores

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu à aplicação das reduções remuneratórias vigentes em 2015.

3.5.8. Aplicação da proibição de valorizações remuneratórias, nos termos da Lei 83-B/2014, aos trabalhadores

A Polis Litoral Ria Formosa não efetuou qualquer valorização remuneratória aos trabalhadores.

3.5.9. Suspensão do pagamento do complemento de pensões, nos termos do n.º 3 do art.º 78 da Lei 82-B/2014

A Polis Litoral Ria Formosa não atribui qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

3.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento e reembolsos de despesas de representação pessoal a gestores públicos

A Polis Litoral Ria Formosa não disponibiliza cartões de crédito, nem procedeu ao reembolso de despesas de representação pessoal ao Conselho de Administração e nunca disponibilizou qualquer tipo de serviço de telefone domiciliário e internet, de acordo com a legislação nos termos do Artigo 32º.

3.7. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do DL – n.º 133/2013, de 3 de outubro, no que se refere à proibição de realização de despesas não documentadas

A Polis Litoral Ria Formosa, em cumprimento desta legislação, não realiza qualquer despesa não documentada.

3.8. Aplicação do disposto no n.º 2 da RCM – n.º 118/2014, no que se refere ao relatório sobre remunerações

A Polis Litoral Ria Formosa não efetuou discriminação de remunerações entre mulheres e homens, decorrendo no entanto o prazo definido para elaboração do relatório.

3.9. Contratação Pública

3.9.1. Aplicação das normas de contratação pública vigentes em 2015

Em termos da aplicação das normas de Contratação Pública, a Polis Litoral Ria Formosa está sujeita à aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no respetivo artigo 2.º, N.º 2.

Na aplicação das normas da Contratação Pública a Polis Litoral Ria Formosa norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público.

3.9.2. Existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica.

As decisões que autorizam a realização de despesa suportam-se em informações onde é justificada a necessidade de contratar e proposto o procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. Foram ainda incorporadas, nos procedimentos de contratação pública implementados na Polis Litoral Ria Formosa, as orientações constantes do Despacho N.º 438/10-SETF, de 10 de maio (o qual foi alvo do ofício circular n.º 6132 de 6 de agosto de 2010 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças).

3.9.3. Existência de procedimentos internos sobre prevenção da corrupção e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

Alem dos procedimentos referidos anteriormente, na gestão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa são respeitados os procedimentos constantes no “*Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*”, aprovado em reunião do Conselho de Administração, de 23 de maio de 2013.

Em 3 de novembro de 2015 e seguindo as orientações constantes do ofício Circular nº 4766 do Conselho de Prevenção e Corrupção, que procede à divulgação das Recomendações nº 1/2015, de 07 de janeiro, e nº 3/2015 de 01 de julho, o CA analisou e aprovou o Relatório de Monitorização onde é feita uma avaliação ao Plano, uma análise à sua implementação e uma avaliação das medidas de prevenção propostas.

3.9.4. Ato ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

À semelhança dos períodos anteriores, em 2015 a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não procedeu à celebração de qualquer contrato com valor superior a 5 milhões de euros.

3.9.5. Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas

Durante o ano 2015 foram submetidos os seguintes contratos a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, tendo todos obtido o respetivo visto:

Contrato	Empreitada	Adjudicatário	Valor (€, s/IVA)
101/15/CN005	Empreitada de Intervenção e Requalificação da Ilha da Culatra - Núcleo dos Hangares	Sofareia, S.A.	734.297,81 €
101/15/CN008	Empreitada de Intervenção e Requalificação da Ilha da Culatra - Núcleo do Farol Nascente	Ramalho Rosa Cobetar, S.A.	989.250,00 €
101/15/CN007	Empreitada de Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco - Intervenção 1 - Tavira	Ramalho Rosa Cobetar, S.A.	1.072.599,00 €

Contrato	Empreitada	Adjudicatário	Valor (€, s/IVA)
101/15/CN011	Empreitada de Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco - Intervenção 2.1 – Faro / Olhão	Rohde Nielsen A/S	1.496.000,00 €
101/15/CN018	Empreitada de Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco - Intervenção 2.2 – Esteiro do Ramalhete e Barra do Ancão	Sofareia, S.A.	1.869.982,86 €
101/15/CN013	Empreitada de Valorização Hidrodinâmica e Mitigação de Risco - Intervenção 3.1 – Canal e Área Interior do Delta de Vazante da Barra da Armona	Sofareia, S.A.	629.200,00 €
101/15/CN025	Empreitada do Parque de Estacionamento Exterior à Praia de Faro	Vibeiras, S.A.	815.135,84 €
101/15/CN026	Empreitada de Requalificação do Acesso à Praia de Faro	Manuel António & Jorge Almeida, S.A	543.427,53 €

3.10. Medidas tomadas no âmbito da Lei n.º 66-A/2012, ao nível da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

A Polis Litoral Ria Formosa, no aprovisionamento dos bens e serviços necessários à sua atividade, cumpre a legislação em vigor e as orientações dos seus Acionistas. Assim, dado o tipo, especificidade e volume de bens e serviços adquiridos e a adquirir, para além dos necessários e previstos à concretização do seu objeto social: estudos; projetos e empreitadas de obras públicas, a Polis Litoral Ria Formosa adota medidas que visam a racionalização e a redução de gastos, monitorizando o desempenho e evolução dos mesmos. Não se verificou até ao momento a necessidade de adesão ao SNCP, por não se apurarem eventuais vantagens de aderir a esta modalidade de provimento de bens e serviços, uma vez que, face às especificidades dos bens e serviços contratados, tal não foi considerado como a solução mais eficaz.

3.11. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015

3.11.1. Plano de Redução de Custos e medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações e redução das ajudas de custo e deslocações

A Polis Litoral Ria Formosa implementou novamente em 2015, um plano de redução de custo que consistiu na redução de custos associados às prestações de serviços anteriormente contratadas e que foram aceites pelas respetivas empresas, nomeadamente de revisão legal de contas e direção e coordenação geral e da intervenção. Neste âmbito, foi também mantida a implementação da redução dos valores das senhas de presença dos elementos do Conselho de Administração, efetuada a redução das remunerações dos funcionários.

Os gastos com comunicações estão reduzidos ao estritamente necessário ao funcionamento da sede da Sociedade, não estando atribuído comunicações móveis aos seus administradores.

Em 2015, não foram efetuadas quaisquer deslocações e estadias.

3.11.2.Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A Sociedade, para além dos membros do seu Conselho de Administração não possui qualquer RH em cargos dirigentes.

A redução do número de efetivos tem vindo a ser implementado, registando atualmente a quantidade mínima de três colaboradores. A redução além da atual quantidade, somente poderá ocorrer com a progressiva concretização dos objetivos da Sociedade e no decurso da sua liquidação.

PRC	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2015/2014		Variação 2015/2010	
								Absoluta	%	Absoluta	%
(1) CMVMC (€)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
(2) FSE (€)		136.024,27	112.465,28	130.211,49	144.366,36	149.586,50	175.267,96	23.558,99	21%	39.243,69	-22%
(3) Gastos com o pessoal (€)		68.785,51	71.776,26	39.935,73	65.219,98	72.826,49	129.106,20	-2.990,75	-4%	-60.320,69	-47%
(4) Gastos Operacionais (€) = (1)+(2)+(3)		204.809,78	184.241,54	170.147,22	209.586,34	222.412,99	304.374,16	20.568,24	11%	-99.564,38	-33%
(5) Volume de Negócios (€) (VN)		N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(6) Peso dos Gastos/VN (%) = (4)/(5)				N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Lei OE 2015 – Art.º 61, nº 3											
Deslocações/Estadias (€)	Residual	38,05	25,20	14,42	6,02	66,75	141,05	12,85	51%	-103,00	-73%
Ajudas de custo (€)	N.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Comunicações (€) (*)	Instalações	8.123,24	8.102,10	7.185,14	8.997,37	11.965,93	20.928,81	21,14	0%	-12.805,57	-61%
Número de RH sem Órgãos Sociais – Não imputados às obras (*)	Adequar às ações em curso	2	2	2	1	1	1	0		1	
Número de RH sem Órgãos Sociais – Imputados às obras	Adequar	1	1	1	1	5	5	0		-4	
Número de cargos dirigentes sem O.S.	N.A.	0	0	0	0	0	0	0		0	
Nº efetivos / Cargos Direção											
Viaturas											
Nº de viaturas	Manter	1	1	1	1	1	1	0		0	
Gastos com viaturas	Manter	6.664,24	6.775,42	6.410,39	6.333,52	6.243,93	6.682,11	129,18	-2%	-35,87	-1%

(*) – As comunicações incluem também todas as despesas com Sede e RH

Em função da sua especificidade, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na área de intervenção e nos termos definidos no Plano Estratégico aprovado. Os custos de estrutura e funcionamento estão dimensionados tendo em conta o prazo da Intervenção, o volume de investimento previsto e a respetiva cobertura financeira definidos no Plano Estratégico.

Quanto aos gastos operacionais que apontavam para uma redução relativamente a 31 de dezembro de 2014, nos termos do artº 61º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, considera-se que apesar da redução efetuada não foi possível atingir integralmente esse objetivo de redução destes custos, devido aos gastos de FSE que aumentarem, face à necessidade de temporariamente assegurar custos e debitar posteriormente aos empreiteiros, relacionados com danos a terceiros e horas extras de fiscalização, bem como honorários de assessoria jurídica devido ao imprevisto relacionamento com a Câmara Municipal de Olhão (que procura dificultar o processo administrativo das tomadas de posse das edificações ilegais localizadas em Domínio Público Marítimo) e à necessidade de reparação de alguns equipamentos.

Política de Salários

A Sociedade em 2015 tinha apenas três trabalhadores, tendo sido aplicadas as reduções remuneratórias vigentes em 2015.

Estrutura de Gestão

A Sociedade é gerida por um Conselho de Administração composto por três elementos designados por inerência de cargo, sem remuneração. Os administradores, à exceção de um (porque autarca), recebem senhas de presença por participação nas reuniões do CA, às quais foi aplicada, em 2015, uma redução de 5 %, por aplicação do Art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 27 de fevereiro, acrescida de 8%, nos termos da Lei 75/2014, de 12 de setembro, (10% de redução remuneratória conforme disposto no artigo 2º, conjugada com a reversão da redução remuneratória temporária em 20%, a partir de 01/01/2015 conforme disposto no artigo 4º).

Fornecimento e Serviços Externos

- Frota automóvel – o contrato de renting da viatura (uma) em utilização, de uso comum, foi mais uma vez renegociado atendendo à necessidade de prolongamento do prazo da intervenção, e tem duração prevista até final de 2016;
- Sistemas Nacional de Compras Públicas - As aquisições de bens pela sociedade resumem-se a consumos de secretaria e expediente cujo valor é pouco relevante. O SNCP será utilizado sempre que se justifique;
- Os consumos com eletricidade, água, comunicações e limpeza estão otimizados. A Sociedade PLRF tem uma prática de medidas ambientais, entre outras, de economia de recursos energéticos e de água, mantendo-se o nível reduzido de gastos;
- Os contratos de serviços de consultadoria foram todos objeto de anteriores renegociações. O contrato que representa a maior despesa operacional é o contrato de gestão da Parque Expo 98,S.A., cuja redução foi de 3,7 % em 2011, de 8% em 2012, reduções que se mantiveram.

- Em 2015 não houve qualquer despesa de representação.

Por fim, há que destacar que o IVA, considerado custo para estas Sociedades, e que se encontra incluído nos valores apresentados, tem vindo a aumentar, de 20% em 2009, para 23% em 2011, o que incrementou o valor dos contratos realizados com as Sociedades.

3.12. Redução do número de trabalhadores (art.º 60º da Lei 82-B/2014)

Uma vez que a Sociedade tem a sua gestão assegurada através da equipa disponibilizada pelo contrato com a Parque Expo, S.A, tem somente a necessidade de possuir apenas três trabalhadores contratados. Desta forma e mantendo-se o seu volume de atividade, considera este número adequado às efetivas necessidades de uma organização eficiente.

3.13. Cumprimento do previsto no Art.º 28º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, e na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Foram utilizados pela Sociedade, no ano de 2015, exclusivamente os serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I.P.), verificando-se que a sua situação em 31 de dezembro de 2015 era a seguinte:

Nº Conta	Designação	Saldo a 31 de dezembro 2015
1120014190	Polis Litoral Ria Formosa – Geral	6.856.750,35 €
1120014191	PRF – PIT – Requalificação Marginal Cabanas	32,00 €
1120014192	PRF – PIT – Plano de Mobilidade OCRF e Adaptação e Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão	0,00 €
1120014193	PRF – POVT – Medidas de Proteção e Defesa da Zona Costeira na Ria Formosa – Estudos e Projetos de Execução	63.441,25€
1120014194	PRF – POVT – Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Projetos e Planos de Intervenção e Requalificação	30.393,05 €
1120014195	PRF – POVT – Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Obras de Emergência na Ilha da Armona	12.325,04€
1120014196	PRF – Operação Estudos Valorização das Atividades Ligadas à Ria Formosa – Nº 31-03-01-FEP-61 NIFAP nº 007369746	76.772,00 €
1120014197	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	23,86 €
1120014198	PRF – POAlgarve 21 – Planos de Praia da Ria Formosa – Projetos de Execução	192.365,78 €
1120014199	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos – Projetos de Execução	314.715,01 €
1120014263	PRF – Conta Caução	475.004,67 €
1120014363	PRF – POAlgarve 21 – Parque Ribeirinho de Faro	175.713,09 €
1120014602	PRF – POAlgarve 21 – Plano de Mobilidade	66.610,49 €
1120014601	PRF – POAlgarve 21 – Lacém / Manta Rota	0,00 €
1120014600	PRF – POAlgarve 21 – Pedras d' El Rei / Santa Luzia	441.570,10 €
1120014599	PRF – POAlgarve 21 – Parque Ribeirinho do Ludo	0,00 €

CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

Valor	Data Emissão	Data Reembolso	Taxa
0,00 €	----	----	----

3.14. Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

Somente em 2014, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa foi sujeita uma Auditoria pelo Tribunal de Contas, no âmbito da auditoria ao Programa Operacional Regional do Algarve, relativo ao projeto n.º ALG-02-1132-FEDER-000030 – Criação do Parque Ribeirinho de Faro, no entanto até à presente data não foi emitido qualquer relatório, que esta Sociedade tenha conhecimento.

3.15. Divulgação de informação no portal da empresa e no portal do SEE

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efetua o envio de informação para publicação no portal das empresas do SEE e no portal da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama			X	

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda: S – Sim N – Não N.A. – Não Aplicável

3.16. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 1211-DGTF, de 27 de fevereiro de 2015

(Quadro na página seguinte)

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento		Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N		
<p>Objetivos de Gestão:</p> <p>Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;</p> <p>Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;</p> <p>Gestão do Risco Financeiro</p> <p>Limites de Crescimento do endividamento</p> <p>Evolução do PMP a fornecedores</p> <p>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</p> <p>Recomendações do Acionista na última aprovação de contas:</p> <p><i>Recomendação na AG de 30-12-2015:</i></p> <p>O Conselho de Administração deve assegurar o cumprimento integral dos deveres especiais de informação constantes do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e que seja dado cumprimento integral ao disposto no artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro</p> <p>Remunerações:</p> <p>Não atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014</p> <p>Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015</p> <p>Auditor Externo - redução remuneratória nos termos nos termos art.º 75.º da Lei 82-B/2014</p> <p>Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015</p> <p>Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014</p> <p>Artigo 32.º do EGP:</p> <p>Não utilização de cartões de crédito</p> <p>Não reembolso de despesas de representação pessoal</p> <p>Despesas não documentadas - n.º 2 do art.º 16 do DL n.º 133/2013</p> <p>Proibição de realização de despesas não documentadas</p> <p>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</p> <p>Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens</p> <p>Contratação Pública</p> <p>Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa</p> <p>Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas</p> <p>Contratos submetidos a visto prévio do TC</p> <p>Prevenção da corrupção - n.º 1 do art.º 46.º do DL n.º 133/2013</p> <p>Elaboração e divulgação do relatório anual</p> <p>Auditorias do Tribunal de Contas</p> <p>Recomendações</p> <p>Parque Automóvel</p> <p>N.º de Viaturas</p> <p>Gastos com Viaturas</p> <p>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)</p> <p>Redução de trabalhadores (artigo 60.º da Lei 82-B/2014)</p> <p>N.º de trabalhadores</p> <p>Volume de negócios / N.º de trabalhadores</p> <p>N.º cargos dirigentes</p> <p>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)</p> <p>Disponibilidades Centralizadas no IGCP</p> <p>Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receta do Estado</p>	X		100 %	
	X		100 %	
	X		5 dias	Aumento relativamente ao PMP de 21 dias, verificado em 2014.
	X		100 %	
	X		1,745,10 € 861,00 € 1.003,69 €	<p>À semelhança dos anos anteriores, não houve qualquer atribuição de Prémios de Gestão</p> <p>Redução do valor das senhas de presença</p> <p>A SPLRF não possui auditor externo. Considerou-se a redução da remuneração do ROC.</p> <p>Todos os trabalhadores foram abrangidos por reduções nos termos da legislação</p> <p>Não existiram quaisquer valorizações remuneratórias.</p>
	X			Os membros do CA não possuem cartão de crédito, atribuído pela SPLRF.
	X			Os membros do CA não realizaram despesas de representação pessoal.
	X			Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas.
	X			Não há discriminação de remunerações, decorrendo o prazo para elaboração do relatório.
	X		8 9.793.412,67 €	<p>A SPLRF não possui participadas.</p> <p>Foram submetidos 8 contratos. O valor total dos contratos inclui IVA</p> <p>www.polislitoralriafarmosa.pt</p>
	X		0 0 1 6.646,24€	<p>Em 2015 não foi realizada qualquer auditoria pelo Tribunal de Contas.</p> <p>Não houve variação. A SPLRF possui somente uma viatura para uso do serviço</p> <p>Inclui rendas mensais, seguros, combustíveis, portagens, reparações e impostos</p>
	X		100%	<p>Todas as aplicações financeiras encontram-se no IGCP</p> <p>Não existem quaisquer juros auferidos em incumprimento da UTE</p>

Legenda: S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

4. Estrutura Acionista

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000,00€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos acionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, encontrava-se realizado 93,58% do Capital Social da Sociedade, no valor total de 21.056.300,00€, correspondente às seguintes transferências:

- Estado: Em 22-12-2008 realizou 100% da sua participação, no valor de 14.175.000€;
- Câmara Municipal de Tavira: Em 29-08-2008, 22-08-2013, 03-02-2014, 03-03-2014, 07-11-2014 e em 09-01-2015 realizou 100% da sua participação, no valor de 2.025.000€;
- Câmara Municipal de Loulé: Em 06-05-2009, 10-11-2009, 29-04-2014, 19-08-2014 e em 02-02-2015 realizou no total 100% da sua participação, no valor de 675.000€;
- Câmara Municipal de Faro: Em 06-06-2012 e em 30-12-2014 realizou 100% da sua participação, no valor de 3.150.000€;
- Câmara Municipal de Olhão: Em 19-12-2013, 06-02-2014, 25-02-2014, 27-03-2014, 30-04-2014, 29-05-2014, 26-06-2014, 28-07-2014, 25-08-2014, 24-09-2014, 29-10-2014, 25-11-2014, 19-12-2014, 29-01-2015, 23-02-2015, 16-03-2015, 26-05-2015, 15-07-2015, 28-09-2015 e em 26-11-2015 realizou 41,7% da sua participação, no valor de 1.031.300€;

Durante o ano de 2015, registou-se a conclusão da realização de capital social por parte das Câmaras Municipais de Loulé e Tavira e a continuidade de realização pela Câmara Municipal de Olhão, que atualmente é o único acionista que ainda não concluiu a realização da sua participação no Capital Social.

Entretanto, no decurso de 2015 o Município de Olhão informou o Conselho de Administração desta Sociedade, da sua intenção em concluir a realização da totalidade da sua participação em 2016.

5. Atividade Desenvolvida em 2015

5.1. Funcionamento da Sociedade

O ano de 2015 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma série de atividades, entre as quais se destacam:

- Prosseguimento das atividades previstas no Plano Estratégico, ao nível da contratação e/ou implementação de planos, estudos, projetos de execução e realização de diversas empreitadas;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas ou pedidos de pagamento a financiamento comunitário, nomeadamente ao POAlg21, POVT, e ao PROMAR;
- Continuação da preparação e apresentação de pedidos de pagamento ao PIT – Turismo de Portugal;
- Concretização dos protocolos de cooperação técnica e financeira, com a APS, S.A. e com a DGRM.

A atividade da Sociedade tem sido assegurada, fundamentalmente, através de contrato com a Parque Expo para a gestão e coordenação da Intervenção Polis Litoral Ria Formosa. No entanto, no final do 1º trimestre de 2016, este contrato irá terminar, pelo que será necessário assegurar atempadamente as condições de gestão que permitam dar continuidade ao desenvolvimento futuro das atividades da Sociedade.

Listam-se neste capítulo as principais atividades desenvolvidas pela Sociedade no ano de 2015.

5.2. Investimento e Financiamento

A sociedade regulou a sua atuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo 6.

5.3. Ações desenvolvidas

5.3.1. Estrutura e Gestão

Incluem-se neste item todas as atividades relacionadas com a estrutura e gestão da Intervenção e os correspondentes custos, a saber: custos de estrutura (instalações e funcionamento, custos administrativos), custos de gestão (contrato de gestão) e elaboração dos estudos de base (Plano Estratégico e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica).

5.3.2. Planos / Estudos / Projetos / Empreitadas

Com base nas orientações do Plano Estratégico, deu-se início ao lançamento dos procedimentos de seleção dos adjudicatários para a elaboração de diversos levantamentos topográficos e cadastrais considerados necessários, bem como de estudos e projetos técnicos de execução e para a realização de empreitadas.

No ano de 2015, será de realçar o grande volume de obras realizadas, nomeadamente a conclusão da Intervenção e Requalificação dos Ilhotes (Altura, Côco, Cobra, Ramalhete e Ratás) e Ilha Deserta e a realização das quatro empreitadas de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco;

da requalificação das Quatro Águas – Tavira – Bloco A; da intervenção e requalificação da Península do Ancão (Nascente e Poente) – 1.ª Fase; do Plano de Praia dos Cavacos; do Parque Ribeirinho do Ludo – 1ª Fase; do Parque Ribeirinho de Olhão – Renaturalização dos Tanques de Piscicultura e da requalificação Paisagística da Marginal entre Pedras d'el-Rei e Santa Luzia.

Será também de realçar o sucesso com que decorreram as empreitadas do PIR dos Ilhotes e ilha Deserta e do PIR da Península do Ancão – 1ª Fase – Demolição de 2ª Habitação, que marcaram definitivamente a atividade da Sociedade como grande promotor de atividades de renaturalização, com a demolição e remoção das construções ilegais existentes nas ilhas, obtendo resultados há muito ambicionados pelas diversas entidades públicas que até então não tinham alcançado tão elevado número de ações. Para o sucesso destas atividades, contribui a excelente coordenação dos processos administrativos de tomadas de posse, das edificações ilegais em DPM e do elevado número de sucessos (acórdãos favoráveis à Sociedade) ocorridos no âmbito do grande volume de processos judiciais.

No quadro seguinte listam-se e sistematizam-se as ações/projetos a concretizar ao longo da Intervenção, com especial destaque para as que tiveram desenvolvimento em 2015:

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
Ações TRANSVERSAIS - FARO OLHÃO TAVIRA LOULÉ VR STO ANTÓNIO				
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico	(outubro 08)	(janeiro 11)	N/A	
P1 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira				
P1 Reestruturação e Requalificação				
P1.1 Ilha de Faro – Plano de Pormenor	(março 09)	(setembro 13)	N/A	
P1.1 Ilha de Faro – Ponte, Acessos e Estacionamento (EIA)	(junho 11)	(junho 14)	N/A	
P1.1 Ilha de Faro – Acessos e Estacionamento	(junho 11)	(junho 14)	dezembro 15	julho 16
P1.2 Ilha da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol)	(março 10)	julho 15	N/A	
P1.3 Ilha da Armona (núcleo da Armona)	(março 10)	julho 15	N/A	
P1.4 Quatro Águas – Acesso viário e cais	(novembro 08)	(junho 13)	(março 14)	(dezembro 15)
P 1.5 Ilha de Tavira	(fevereiro 09)	(setembro 13)	N/A	
P2 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira				
P2.1 Renaturalização				
PIR - Projeto de intervenção e requalificação dos Ilhotes e 1ª Fase do Ancão	(dezembro 09)	(fevereiro 12)	(maio 14)	(dezembro 15)
PIR - Projeto de intervenção e requalificação dos Hangares e Farol Nascente	(dezembro 09)	(fevereiro 12)	maio 16	dezembro 16
Demolição e Remoção de Resíduos Existentes nas Áreas Navegáveis e Margens	----	----	(dezembro 08)	(abril 09)
Demolições e Limpeza do Areal da Fuseta - Empreitada de Emergência	----	----	(abril 10)	(julho 10)
Demolições e limpeza do areal da Fuseta	----	----	(abril 10)	(junho 10)
Demolições controladas de casas em risco de derrocada na zona poente da Península do Ancão	----	----	(dezembro 10)	(janeiro 11)
Levantamento topográfico	(junho 10)	(fevereiro 11)	N/A	

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
P2.2 Alimentação artificial de praias e transposição de barras				
Estudo e Planos - Minimização de Riscos Inerentes à Hidrodinâmica da Ria Formosa	(maio 10)	(janeiro 12)	N/A	
Levantamento topo-hidrográfico da ilha da Armona - Núcleo da Fuseta e Canal da Fuseta	(março 10)	(março 10)	N/A	
Levantamento topo-hidrográfico da barra da Fuseta e áreas adjacentes	(julho 10)	(julho 10)	N/A	
Levantamento topo-hidrográfico das barras da Fuseta e áreas adjacentes	(dezembro 10)	(dezembro 10)	N/A	
Reposição das Condições de Navegabilidade no Acesso à Ilha da Armona, Canal da Fuseta - Intervenção de Emergência	(agosto 10)	(outubro 10)	(novembro 10)	(dezembro 10)
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência	----	(maio 10)	(junho 10)	(outubro 10)
Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência			(junho 10)	(outubro 10)
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência	(novembro 10)	(novembro 10)	(janeiro 11)	(agosto 11)
Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência			(janeiro 11)	(abril 11)
Recolha de amostras e respetiva caracterização física e química dos sedimentos existentes na zona da antiga barra da Fuseta	(novembro 10)	(novembro 10)	N/A	
Recolha de amostras e caracterização físico-química dos sedimentos existentes em zonas da Ria Formosa	(março 11)	(julho 11)	N/A	
Atualização de dados Topo-Hidrográficos em Zonas da Ria Formosa	(março 11)	(maio 11)	N/A	
Monitorização topo-hidrográfica das barras da Fuseta	(fevereiro 11)	(dezembro 11)	N/A	
Recolha de amostras e caracterização físico-química de sedimentos da Ria, em zona entre Barras da Fuseta	(janeiro 11)	(fevereiro 11)	N/A	
Reabilitação da barra nova da Fuseta - intervenção de Emergência	(janeiro 11)	(fevereiro 11)	(abril 11)	(agosto 11)
Fiscalização de Empreitadas de Recuperação e Consolidação do Cordão Dunar na Ilha da Armona e de Reabilitação da Barra Nova da Fuseta	N/A		(maio 11)	(setembro 11)
Empreitada de Reposição das Condições de Navegabilidade na Área de Manobra do Cais da Ilha da Armona - Intervenção de Emergência	(dezembro 10)	(dezembro 10)	(março 11)	(março 11)
Assessoria Técnica Especializada às Intervenções de Fecho da Barra Velha da Fuseta e de Reposição das Condições de Navegabilidade na Barra Nova da Fuseta	(abril 11)	(dezembro 11)	(abril 11)	(dezembro 11)
Plano da Valorização da Hidrodinâmica e mitigação dos riscos nas ilhas Barreira e EIA	(abril 12)	(setembro 13)	N/A	
Projetos de Execução para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação de Risco nas Ilhas Barreira	(setembro 12)	(junho 14)	(outubro 14)	(dezembro 15)
P2.3 Recuperação dunar e lagunar				
Elaboração de parecer sobre a possibilidade e consequências da construção de obras de proteção costeira na Ria Formosa	(abril 11)	(junho 11)	----	----
Plano da Valorização da Hidrodinâmica e mitigação dos riscos nas ilhas Barreira e EIA	(abril 12)	(setembro 13)	N/A	
Projetos de Execução para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação de Risco nas Ilhas Barreira	(setembro 12)	(junho 14)	(outubro 14)	(dezembro 15)
P3 Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar				
Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar	(janeiro 12)	(junho 14)	N/A	
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria				
Plano de Mobilidade e Ordenamento de Circulação na Ria	(outubro 11)	(maio 15)	N/A	

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
P5 Criação, requalificação e valorização das Infraestruturas de acostagem e áreas adjacentes				
Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira	(fevereiro 09)	(dezembro 09)	(maio 10)	(março 11)
Fiscalização da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira"	N/A		(maio 2010)	(abril 11)
Fornecimento e Instalação de Cais Marítimo - Turístico e Táxis Marítimos e Cais de Passageiros, em Cabanas de Tavira	(maio 2010)	(junho 2010)	(julho 2010)	(agosto 2010)
Inspeção Subaquática às Estruturas Imersas das Pontes Cais de Olhão, Armona, Culatra e Farol	(junho 2010)	(outubro 2010)	N/A	
Avaliação do Estado da Estrutura de Betão do Cais de Olhão	(dezembro 10)	(dezembro10)	N/A	
Cais da Ilha de Tavira, Quatro Águas e Armona	(janeiro 12)	(julho 13)	N/A	
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das atividades ligadas aos recursos da Ria				
Elaboração de Estudos e Planos	(janeiro 2010)	julho 14	N/A	
P7 Infraestruturas de apoio ao uso balnear				
Plano de Praia do Garrão (nascente)	(dezembro 09)	(maio 12)	N/A	
Plano de Praia do Ancão	(julho 09)	(março12)	N/A	
Plano de Praia dos Cavacos	(maio 2010)	(dezembro 11)	(agosto 14)	(julho15)
Plano de Praia Fuseta – Ria Plano de Praia Fuseta - Mar (em conjunto com o P5 Cais de Acesso)	(novembro 09)	(abril 12)	N/A	
Levantamento topográfico	(julho 10)	(fevereiro 11)	N/A	
P9, P10 Plano de marketing territorial Plano de comunicação e divulgação				
Planos	(abril 09)	dezembro 15	N/A	
P12 Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais				
Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes – CEAM	(novembro 08)	(janeiro 09)

5.4. Constrangimentos e desenvolvimento

O Conselho de Administração da Sociedade ponderou, em 2015, sobre o desenvolvimento e forma de concretização das ações previstas, para que a atividade da Sociedade pudesse decorrer o mais normalmente possível e de modo a evitar constrangimentos, o que não foi possível alcançar na sua totalidade, dado que o PAO 2015 só foi objeto de aprovação pelos acionistas em 30 de dezembro de 2015.

Será de realçar que o ano de 2015 foi um ano em que:

- a Sociedade continuou limitada na sua ação pelo deliberado, pelo acionista maioritário, na sua Assembleia Geral realizada, em 3 de dezembro de 2010, que obriga a *“que o Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam devidamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento”*;
- não houve abertura de novas candidaturas a fundos comunitários;
- se verificou a ausência, em tempo oportuno, da emissão de pareceres por entidades que tutelam as áreas a intervencionar;



- se deu continuidade ao processo de tomada de posse das edificações ilegais, em zonas a renaturalizar.

Donde, o ano de 2016, “estabilizado” que foi o desenvolvimento da execução da Intervenção, será no relevante, e resolvidas que sejam as diversas adversidades, o ano de finalização de alguns projetos e, simultaneamente, o ano da conclusão de mais algumas Empreitadas, bem como o ano do eventual lançamento de outras cuja conclusão se dará para além de 2016.

Na eventualidade das ações atualmente sem cofinanciamento comunitário poderem vir a ter enquadramento no atual quadro comunitário, permitindo a sua execução para além de 2016, será de considerar que para a completa execução dessas ações, será necessário garantir previamente, até ao final de 2016, a aprovação do seu financiamento, de forma a permitir a contratação atempada das empreitadas. A validade deste cenário pressupõe necessariamente a eventual prorrogação da duração da Sociedade.

6. Orçamento

6.1. Despesa Realizada

Em 2015, a despesa realizada respeitou a:

- Em termos de natureza da despesa, essencialmente a despesas com Empreitadas, Estudos e Projetos de Execução bem como com o Contrato de Gestão Global da Intervenção;
- Em termos de centros de custo aos "Custos de Estrutura e de Gestão" e ao "P8 – Requalificação dos Espaços Ribeirinhos – Parque Públicos e Percursos Pedonais".

Globalmente, a despesa realizada em 2015 situou-se nos 14.637.430,04€ fazendo com que a despesa realizada em termos acumulados à mesma data se situasse nos 42,3 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo.

Despesa por natureza - Ano 2015 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Naturezas		Ano 2015	Intervenção Global		
		Realizado	Orçamento PAO 2015 (Aprov. CA de 25.03.2015)	Realizado	Taxa de Execução
		(a)	(b)	(c)	(c) / (b)
02	CONSUMOS	4.094,82	65.670,13	58.818,44	89,57%
03	LIMPEZAS / REPARAÇÕES	5.187,85	43.944,60	36.832,82	83,82%
04	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	10.891,37	158.867,03	147.372,37	92,76%
05	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	71.230,78	572.228,88	513.354,00	89,71%
10	REMUNERAÇÕES PESSOAL	44.940,57	313.364,85	497.393,88	158,73%
11	REMUNERAÇÕES ÓRGÃO SOCIAIS	23.420,90	268.618,62	247.319,67	92,07%
12	REMUNERAÇÕES SERVIÇOS EXTERNOS	32.939,40	242.644,30	216.291,00	89,14%
13	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	0,00	1.295,41	1.295,41	100,00%
18	CUSTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	
19	HONORÁRIOS E SERVIÇOS	552.839,04	5.290.467,42	4.737.628,38	89,55%
28	ARQUEOLOGIA	0,00	8.640,00	8.640,00	100,00%
36	ESTUDOS E PLANOS	270.565,41	3.672.842,58	3.332.470,47	90,73%
43	ASSESSORIAS	375.588,34	1.254.123,48	712.681,28	56,83%
45	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	389.820,87	2.926.482,04	2.517.652,60	86,03%
49	DESPESAS RELACIONADAS COM EMPREITADAS	54.810,87	95.274,49	92.871,31	97,48%
50	EMPREITADAS	12.383.521,97	63.028.895,00	28.175.434,24	44,70%
51	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	410.993,75	2.451.103,50	1.037.799,49	42,34%
96	APOIO AO REALOJAMENTO FARO	3.360,00	0,00	3.360,00	
97	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS OLHÃO	3.225,00	0,00	8.700,00	
99	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	0,00	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Intervenção Global		14.637.430,94	86.394.462,33	42.348.940,36	49,02%
Total CMFaro / Realojamento (*)		0,00	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Total Sociedade Polis Litoral Ria Formosa		14.637.430,94	80.394.462,33	42.345.915,36	52,67%

Despesa por Centros de Custo - Ano 2015 e Total da Intervenção

Centro de Custo / Descrição		Ano 2015	Intervenção Global		
		Realizado	Orçamento PAO 2015 (Aprov. CA de 25.03.2015)	Realizado	Taxa de Execução
		(a)	(b)	(c)	(c) / (b)
RF010000	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	745.544,73	6.957.101,28	6.456.305,97	92,80%
RF020000	Estudos de Base da Intervenção	0,00	282.379,70	282.379,70	100,00%
RF110000	P1 – Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Esp. Terrestres Contíguos	2.726.424,96	21.431.239,41	4.454.048,84	20,78%
RF120000	P2 – Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transp. de Barras, Recup. Dunar e Lagunar	9.601.944,39	28.088.719,64	16.827.506,46	59,91%
RF130000	P3 – Recuperação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar	47.273,82	1.908.961,34	77.357,16	4,05%
RF140000	P4 – Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação	0,00	234.478,30	234.478,30	100,00%
RF150000	P5 – Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acostagem e Áreas Adjacentes	4.404,00	8.528.477,31	3.894.087,85	45,66%
RF160000	P6 – Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Actividades Económicas	0,00	505.676,64	505.676,53	100,00%
RF170000	P7 – Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear	314.076,33	4.253.853,38	641.721,50	15,09%
RF180000	P8 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais	1.162.830,71	11.827.977,96	7.522.050,66	63,60%
RF190000	P9 – Plano de Marketing Territorial	32.718,00	208.472,62	119.191,73	57,17%
RF200000	P10 – Plano de Comunicação e Divulgação	2.214,00	667.124,67	329.062,78	49,33%
RF210000	P11 – Definição de Trilhos e Percursos de Descoberta dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	0,00	250.000,01	0,00	0,00%
RF220000	P12 – Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	0,00	1.250.000,00	1.005.072,88	80,41%
Intervenção Global		14.637.430,94	86.394.462,26	42.348.940,36	49,02%
Total CMFaro / Realojamento		0,00	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Total Sociedade Polis Litoral Ria Formosa		14.637.430,94	80.394.462,26	42.345.915,36	52,67%

6.2. Financiamento Recebido

A cobertura financeira da despesa foi efetuada com base nos financiamentos realizados / recebidos (em 2008, em 2009, em 2010, em 2011, 2012, 2013, 2014 e em 2015) como a seguir se indica:

- Relativamente ao capital social, em termos acumulados no final do ano de 2015, encontrava-se realizado o montante de 21.056.300 euros, distribuindo-se da seguinte forma:
 - Estado: 14.175 mil euros – realizado na sua globalidade ainda em 2008;
 - Município de Tavira: 2.025 mil euros – realizado na sua globalidade;
 - Município de Loulé: 675 mil euros – realizado na sua globalidade;
 - Município de Faro: 3.150 mil euros – realizado na sua globalidade;

- Município de Olhão: 1.031,1 mil euros – ainda não realizado na sua globalidade;

Durante 2015 foram realizados cerca de 677.550 mil euros, dos quais 137.550€ do Município de Olhão, 405.000€ do Município de Tavira e 135.000€ do Município de Loulé.

- Do financiamento comunitário à intervenção recebido, com a seguinte distribuição:
 - Em 2009 - cerca de 1.604,8 mil euros 2010, do POA – Programa Operacional do Ambiente no montante de 558,4 mil euros;
 - Em 2011 – no valor global de 2.573,8 mil euros, sendo 1.222 mil euros, de pagamentos do POVT e os remanescentes 1.351,8 mil euros do PO Alg – Programa Operacional do Algarve;
 - Em 2012 – no valor de 975,4 mil euros, sendo 538,4 mil euros de pagamentos do POVT, 280,2 mil euros de pagamentos do PO Alg e os remanescentes 156,5 mil euros do PROMAR;
 - Em 2013 no valor de 5.082,28 mil euros, sendo 4.260,9 mil euros de pagamentos do POVT, 665,9 mil euros de pagamentos do PO Alg e 155,45 mil euros do PROMAR
 - No ano de 2014 foram recebidos 655.779€ do POVT – Programa Operacional da Valorização do Território e 1.358.159€ do PO Alg – Programa Operacional do Algarve.
 - No ano de 2015 foram recebidos 7.448.165€ do POVT – Programa Operacional da Valorização do Território e 955.825€ do PO Alg – Programa Operacional do Algarve.
- Do financiamento / pagamento do IPTM, verificou-se o seguinte:
 - Em 2010, o pagamento de uma parcela de 500 mil euros, a título de adiantamento à Empreitada dos Cais, no âmbito do 1º aditamento ao protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira;
 - Em 2011, o pagamento de uma segunda parcela de 1.550 mil euros (2º aditamento), paga em janeiro;
 - Em 2012, o pagamento de um terceiro pagamento de 1.100 mil euros (3º aditamento), pago em janeiro, no âmbito do já referido protocolo;
 - Em 2013, um total de 741,75 mil euros respeitantes ao 4º e 5º aditamentos, totalizando nesta data, um recebimento global de 3.996,75 mil euros;
 - No ano de 2014 foram recebidos 110 mil euros do protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira, pagos pela DGRM, ex-IPTM.
- Após encerramento deste protocolo com o Município de Tavira, foi ainda pago em 2013, o remanescente de 5.592,91€, acrescendo ao valor antes pago de 1.112,2 mil euros pagos pela Câmara Municipal de Tavira a

título de financiamento adicional à Empreitada de Cabanas, no âmbito do protocolo de Participação Financeira celebrado entre a Sociedade e o Município de Tavira.

- Do financiamento / pagamento do PIT (Turismo de Portugal), verificou-se o seguinte:
 - No âmbito da candidatura referente à Marginal de Cabanas, da parcela de 192,5 mil euros a título de adiantamento - 30% do cofinanciamento total da candidatura, pago em 2010 e da parcela de 377,5 mil euros pago em 2011 no âmbito da mesma candidatura;
 - No âmbito da candidatura Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão, Armona e Culatra (Povoação e Farol), no ano de 2013, o valor de 393,39 mil euros.
- Da parcela de 25 mil euros pago pela ARH em 2009 no quadro do protocolo de cooperação técnica e financeira para desenvolvimento do P6. - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas;
- Do valor de 814,6 mil euros, recebido até 31.dez.2015 e relativo a juros, “vendas de cadernos de encargos” e contrapartidas do ICNB e do INRB no âmbito do Protocolo de “Segurança e Vigilância humana.

Em termos acumulados ao final de 2015, o financiamento global recebido pela Sociedade atingiu os 52.120 mil euros.

No quadro seguinte sintetizam-se os financiamentos por cada uma das suas origens em termos anuais e acumulados a 31 dezembro, permitindo-se a este nível verificar não só os valores realizados, mas também os valores orçamentados para aqueles períodos.

(Valores com IVA em euros)

Descrição das Fontes de Financiamento	Ano de 2015	Intervenção Global		
	Realizado	Orçamento (PAO 2015 aprovado em CA de 25.03.2015)	Realizado	Taxa de Execução
Comunitário	8.403.990,00	47.316.493,00	21.305.488,00	45,03%
POVT - Programa Operacional Temático de Valorização Territorial	7.448.165,00	18.609.909,00	14.776.872,00	79,40%
POR Algarve	955.825,00	5.137.009,00	4.611.851,00	89,78%
PROMAR	0,00	349.020,00	311.944,00	89,38%
POA - Programa Ambiente (QCA III)	0,00	1.604.821,00	1.604.821,00	100,00%
A Candidatar (ainda não assegurado)	0,00	21.615.734,00	0,00	0,00%
Nacional	1.957.421,00	37.197.699,00	29.999.746,00	80,65%
Capital Social	677.550,00	22.500.000,00	21.056.300,00	93,58%
Estado	0,00	14.175.000,00	14.175.000,00	100,00%
Câmaras Municipais	677.550,00	8.325.000,00	6.881.300,00	82,66%
Faro	0,00	3.150.000,00	3.150.000,00	100,00%
Olhão	137.550,00	2.475.000,00	1.031.300,00	41,67%
Tavira	405.000,00	2.025.000,00	2.025.000,00	100,00%
Loulé	135.000,00	675.000,00	675.000,00	100,00%
Financiamento Adicional	0,00	2.329.414,00	1.167.883,00	50,14%
CM Tavira	0,00	1.205.490,00	1.167.883,00	96,88%
CM Faro	0,00	106.441,00	0,00	0,00%
CM Olhão	0,00	722.916,00	0,00	0,00%
CM Loulé	0,00	106.441,00	0,00	0,00%
CM Vila Real de Santo António	0,00	188.126,00	0,00	0,00%
DGRM / IPTM	700.000,00	4.806.750,00	6.206.750,00	129,13%
MADPR / ARH	0,00	25.000,00	25.000,00	100,00%
DocaPesca	0,00	4.626.430,00	0,00	0,00%
AP Sines e Algarve	579.871,00	630.000,00	579.871,00	92,04%
Marinha	0,00	159.000,00	0,00	0,00%
PIT (MEI / Instituto de Turismo)	0,00	2.121.105,00	963.942,00	45,45%
Realojamento da Responsabilidade da CM Faro (*)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Privados	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas (Incluindo juros e contrapartidas de custos)	31.904,00	743.282,00	814.633,00	109,60%
Juros Credores	16.698,00	0,00	606.722,00	0,00%
Outras Receitas (Cópias de Processos de Concursos)	2.700,00	0,00	24.293,00	0,00%
Outras Receitas (Medida Estímulo 2013)	0,00	0,00	2.515,00	0,00%
Outras Receitas (Multas e H. extr. Emp. Pontes Cais)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas (Emissão de Certidões)	0,00	0,00	41,00	0,00%
Contrapartida ICNB Protocolo Psseg. Vig. Humana (**)	0,00	0,00	97.450,00	0,00%
Contrapartida INRB Protocolo Psseg. Vig. Humana (**)	11.016,00	0,00	82.122,00	0,00%
Reembolso horas extraordinárias da fiscalização	1.490,00	0,00	1.490,00	0,00%
TOTAL	10.393.315,00	85.257.474,00	52.119.867,00	61,13%

6.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação a 31.12.2015, de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário e mesmo nacional (ao PIT – Programa Integrado do Turismo), incluindo as candidaturas apresentadas e ainda não aprovadas e/ou não contratadas, sendo o ponto de situação o seguinte:

- Das Candidaturas ao POA (ainda QCA III)

Do QCA III / POA									
CANDIDATURA n.º 1.3/00034 - "Plano Estratégico da Ria Formosa",									
1. Financiamento aprovado em 04 de Dezembro de 2008						178 200,00		Fechada	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						75%			
3 Pedidos de Pagamento									
Pedidos				N.º Ordem de Pagamento		Recebidos			
N.º	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data				Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
1	30/dez/08	178 200,00	178 200,00	25/09	10/fev/09	160 380,00		0,00	
				57/09	24/mar/09	17 820,00			
TOTAL		178 200,00	178 200,00			178 200,00		0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						100,00%			
5. Envio do Relatório Final em 30-12-08									
6. Encerramento da candidatura em Março de 2009									

CANDIDATURA nº 1.1/00071 -"Conservação e valorização do património natural da Ria Formosa",									
1.Financiamento aprovado em 30 de junho de 2009 (Reprogramação)						1 409 803,40	Fechada		
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						75%			
3 Pedidos de Pagamento									
Pedidos					Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)			
1	01/abr/09	841 958,18	841 958,18	81/09	30/abr/09	734 002,20	0,00		
				91/09	05/mai/09	107 955,98			
2	07/mai/09	564 809,98	564 809,98	111/09	19/jun/09	401 556,59	0,00	62 684,76	
				150/09	06/Jul/09	68 951,73			
				160/09	06/Jul/09	31 436,90			
3	15/Jul/09	85 556,86	85 556,86	161/09	06/Jul/09	85 556,86	0,00		
TOTAL		1 472 124,82	1 472 124,82	1 409 460,98			0,00		
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						99,97%			
5.Enviado Novo Relatório Final em 14-07-09									
6.Encerramento da candidatura em									

CANDIDATURA nº 1.3/00038 - "Video sobre a Ria Formosa"									
1. Financiamento aprovado em Maio de 2009							17 160,83	Fechada	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura							75%		
3 Pedidos de Pagamento									
Pedidos					Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações	
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)			
1	07/mai/09	17 160,83	17 160,83	135/09	28/jul/09	12 764,25	0,00		
				138/09	25/ago/09	2 978,33			
				139/09	25/ago/09	1 418,25			
TOTAL			17 160,83	17 160,83	17 160,83		0,00		
4. Taxa de Execução de Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)							100,00%		
5. Enviado Relatório Final em 07-05-09									
6. Encerramento da candidatura em Agosto de 2009									

• **Das Candidaturas ao POVT (QREN)**

CANDIDATURA nº POVT-03-0133-FCOES-000020 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Projectos e Planos de Intervenção e Requalificação"							
1. Financiamento Aprovado em 30 de Abril de 2009, reprogramação proposta em alta em Julho de 2013						1 980 493,54	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3. Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa (€)	Financiamento (100%)	Data	Valor (€)		
1	29/mar/10	101 574,00	71 101,80	07/abr/10	71 101,80	0,00	
2	30/mar/10	70 580,00	49 392,00	07/abr/10	49 392,00	0,00	
3	30/mar/10	50 787,00	35 550,90	07/abr/10	35 550,90	0,00	
4	22/abr/10	112 440,00	78 708,00	30/abr/10	78 708,00	0,00	
5	22/abr/10	35 820,00	25 074,00	30/abr/10	25 074,00	0,00	
6	22/abr/10	14 880,00	10 416,00	30/abr/10	10 416,00	0,00	
7	18/ago/10	22 255,56	15 578,89	25/ago/10	15 578,89	0,00	
8	18/ago/10	138 552,81	98 986,83	27/ago/10	98 986,83	0,00	
9	11/ouy/10			Envio dos Recibos do PP contra-fatura			
10	15/nov/10	9 534,00	6 673,80	08/dez/10	6 673,80	0,00	
11	18/nov/10	76 828,00	53 779,60	08/dez/10	53 779,60	0,00	
12	30/dez/11	363 109,07	254 174,25	05/jan/12	254 174,25	0,00	
13	18/mar/12	167 964,25	117 574,98	26/jul/12	117 574,98	0,00	
				31/ouy/12	41 991,06	-41 991,06	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
14	12/jul/12	41 251,93	28 876,35	28/ago/12	28 876,35	0,00	
				31/ouy/12	10 312,98	-10 312,98	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
15	12/jul/12	11 088,00	7 761,60	28/ago/12	7 761,60	0,00	
				31/ouy/12	2 772,00	-2 772,00	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
16	12/jul/12	4 176,29	2 923,40	03/ouy/12	2 923,40	0,00	
				31/ouy/12	1 044,07	-1 044,07	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
17	12/jul/12	4 893,88	3 425,58	07/fev/13	3 425,58	0,00	
				07/fev/13	1 223,42	-1 223,42	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
18/21	28/nov/12	33 920,00	23 744,00	08/fev/13	23 744,00	0,00	
				08/fev/13	8 480,14	-8 480,14	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
19/20	28/nov/12	59 272,32	41 490,62	08/fev/13	41 490,62	0,00	
				08/fev/13	14 818,08	-14 818,08	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
22	05/sep/13	195 931,13	137 151,79	23/ouy/13	137 151,79	0,00	
				23/ouy/13	48 982,78	-48 982,78	Acréscimo de Recebimentos (95%-top up)
23 e 24	07/nov/13	0,00	454 450,45	07/nov/13	324 826,11	129 624,53	regularização da taxa para 100% (incluindo dedução dos top-ups). Valores referidos como pedidos e top-ups são instrumentais
25	08/dez/13	48 954,00	48 954,00	14/abr/14	48 954,00	0,00	
26	27/jan/14	72 881,34	72 881,34	14/abr/14	72 881,34	0,00	
27	22/jul/14	26 768,15	26 768,15	05/sep/14	26 768,15	0,00	
28	24/nov/14	27 836,62	27 836,62	15/dez/14	27 836,62	0,00	
29	04/mar/15	1 916,51	1 916,51	11/mar/15	1 916,51	0,00	
TOTAL		1 893 181,48	1 893 181,48		1 893 181,68	0,00	Top-Ups sem aplicação após Nov de 2013, dada a taxa ter passado para 100%
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						86,37%	

CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000025 - Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução							
1. Financiamento Aprovado em 30-03-2010, reprogramação proposta em baixa em Julho de 2013 contratualizada em 9 de Setembro de 2013					1 045 680,55		
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%		
3 Pedidos de Pagamento							
N°	Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
	Data	Despesa Atual (€)	Financiamento Anterior (70%) e atual (100%)	Data	Valor (€)		
200800107	20/jul/10	144 188,00	100 930,20	27/jul/10	100 930,20	0,00	
2	18/nov/10	20 310,00	14 217,00	08/dez/10	14 217,00	0,00	
3	28/mar/11					0,00	PP Anulado
4	29/mar/11	22 687,50	15 881,25	7/abr/11	15 881,25	0,00	
5	29/mar/11	0,00	0,00			0,00	Considerado no PP7
6	28/jun/11	8 124,00	5 686,80	22/dez/11	5 686,80	0,00	
7		23 062,50	16 143,75	17/mar/11	16 143,75	0,00	Pagamento PP5 CF
8	29/dez/11	38 776,30	27 142,71	31/jan/12	27 142,71	0,00	
9	12/jul/12	1 832,70	1 832,70	8/sep/14	1 832,70	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
10	13/jul/12	0,00	0,00			0,00	Anulado passou para a candidatura POVT-59 (PP6 nessa candidatura)
11	13/jul/12	48 125,00	32 287,50	13/sep/12	32 287,50	0,00	
				31/out/12	11 531,25	-11 531,25	Acrescimo de Recebimentos (95% - top up)
12	06/dez/12	28 285,40	19 785,78	02/ou/13	19 785,78	0,00	
				02/ou/13	7 068,35	-7 068,35	Acrescimo de Recebimentos (95% - top up)
13	06/dez/12	36 900,00	25 830,00	02/ou/13	25 830,00	0,00	
				02/ou/13	9 225,00	-9 225,00	Acrescimo de Recebimentos (95% - top up)
14	06/dez/12	17 835,00	17 835,00	10/dez/13	17 835,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
15	06/dez/12	17 810,40	17 810,40	20/nov/13	17 810,40	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
16	06/dez/12	17 773,50	12 441,45	18/sep/13	12 441,45	0,00	
				18/sep/13	4 443,38	-4 443,38	Acrescimo de Recebimentos (95% - top up)
17	08/dez/12	7 872,00	7 872,00	10/dez/13	7 872,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
18	06/dez/12	8 150,00	8 150,00	13/mar/14	8 150,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
19	06/dez/12	1 943,40	1 380,38	02/ou/13	1 360,38	0,00	
				02/ou/13	485,85	-485,85	Acrescimo de Recebimentos (95% - top up)
20	07/dez/12	5 786,70	5 786,70	07/nov/13	5 786,70	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
21	21/jan/13		0,00	03/dez/13	0,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
22	19/mar/13	79 885,55	79 885,55	05/mar/14	79 885,55	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
23	17/jul/13	43 159,52	43 159,52	03/dez/13	43 159,52	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
24	04/sep/13	15 744,00	15 744,00	03/dez/13	15 744,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
25	04/sep/13	27 847,33	27 847,33	06/sep/14	27 847,33	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
26	04/sep/13	758,00	758,00	05/dez/13	758,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
27	04/sep/13	612,00	612,00	28/dez/13	612,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
28	04/sep/13					0,00	Não Elegível
29	04/sep/13					0,00	Não Elegível
30	04/sep/13					0,00	Anulados pelo POVT
31	04/sep/13					0,00	
32	04/sep/13	540,00	540,00	18/jul/14	540,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
33	04/sep/13	420,00	420,00	02/jun/14	420,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
34	14/ou/13		0,00	02/jun/14	0,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100% Este pp contra-fatura tem Pagamento no PP 45
35	14/ou/13		0,00	02/jun/14	0,00	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100% Este pp contra-fatura tem Pagamento no PP 45
36	14/ou/13	10 848,80	10 848,80	16/jul/14	10 848,80	0,00	PP pago posteriormente à subida da taxa para 100%
37 e 38	07/nov/13		118 445,79	07/nov/13	83 693,95	32 751,83	Regularização da taxa para 100% (desconta os top-ups)
39	28/jan/14	37 228,56	37 228,56	16/jul/14	37 228,56	0,00	
40	28/jan/14	9 215,78	9 215,78	08/sep/14	9 215,78	0,00	
41							Anulados pelo POVT
42	03/jul/14	690,00	690,00	08/sep/14	690,00	0,00	
43	22/jul/14	21 955,92	21 955,92	26/sep/14	21 955,92	0,00	
44	26/nov/14	57 601,15	57 601,15	05/jan/15	57 601,15	0,00	
45	15/jan/15	7 872,00	7 872,00	05/jan/15	7 872,00	0,00	
46	15/jan/15	51 315,60	51 315,60	05/jan/15	51 315,60	0,00	
47	14/sep/15		0,00				Anulado
48	20/ou/15	79 021,35	79 021,35	24/nov/15	79 021,35	0,00	
49	21/ou/15	22 751,93	22 751,93	07/dez/15	22 751,93	0,00	
50	09/dez/15	-9 274,85	-9 274,85			-9 274,85	Criação pelo POVT de pp instrumental para estomo parcial do pp 8
TOTAL		903 030,24	903 030,25		912 394,89	-9 274,85	Top-Up sem aplicação após Nov de 2013, dada a taxa ter passado para 100%
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						87,25%	

CANDIDATURA n° POVT-01-0133-FCOES-000045 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Obras de emergência na ilha da Amona - Núcleo da Fuzeta"							
1. Financiamento Aprovado em 31-12-2010, reprogramação proposta em ligeira alta em Julho de 2013						1 793 862,76	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						100%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa Atual(€)	Financiamento Anterior (70%) e atual (100%)	Data	Valor (€)		
1	18/mar/11	1 389 369,70	972 558,79	15/abr/11	972 558,79	0,00	Pagamento parcial. 5% do total candidatura pago com o rel.final
2	19/mar/11	361 470,25	253 029,18	07/jun/11	211 755,20	41 273,98	
3 e 4	00/jan/00		525 251,99	00/jan/00	507 563,13	17 688,86	regularização da taxa para 100%(desconta os top-ups)
5	20/mar/14		0,00			0,00	Anulados pelo POVT
6	20/mar/14	412,81	412,81	30/jul/14	412,81	0,00	
7	21/mar/14		0,00			0,00	Anulados pelo POVT
8	21/mar/14		0,00			0,00	Anulados pelo POVT
9	21/mar/14		0,00			0,00	Anulados pelo POVT
10	21/mar/14		0,00			0,00	Anulados pelo POVT
11	21/mar/14	864,00	864,00	30/jul/14	864,00	0,00	
12	22/mar/14		0,00			0,00	Anulados pelo POVT
13	16/jul/14	39 832,72	39 832,72	26/ago/14	11 015,00	28 817,72	
14	16/jul/14	221,00	221,00			221,00	
15	16/jul/14	420,00	420,00			420,00	
16	16/jul/14	360,00	360,00			360,00	
17	16/jul/14	308,00	308,00			308,00	
18	16/jul/14	605,79	605,79			605,79	
TOTAL		1 793 862,37	1 793 862,37		1 704 169,03	69 693,34	Aguarda encerramento pelo PO e pagamento final de 69,6 mil Euros
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						100,00%	

CANDIDATURA Nº POVT-12-0233-FCDES-000050 - "Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa"							
1. Financiamento Aproveitado em fase de subida de taxa						15 450 494,90	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						76%	
3 Pedidos de Pagamento							
Nº	Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
	Data	Despesa	Financiamento Atual (70%)	Data	Valor (€)		
1	18/abr/13	952 932,20	667 052,54	14/jun/13	633 941,34	0,00	Valor considerado no pp 11
-11	17/jul/13	-47 301,71	-33 111,20				
				14/jun/13	226 407,28	-226 407,28	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
2	22/abr/13	1 103 431,98	772 402,39	05/jul/13	626 386,11	-0,01	
-12	17/jul/13	-29 102,61	-20 371,83				Valor considerado no pp 12
-13	17/jul/13	-179 482,08	-125 644,44				Valor considerado no pp 13
				04/jul/13	223 709,33	-223 709,33	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
3	22/abr/13	406 475,00	284 532,50	04/jul/13	284 532,50	0,00	
				14/jun/14	101 616,75	-101 616,75	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
4	23/abr/13	45 568,00	31 897,60	18/sep/13	31 897,60	0,00	
				18/sep/13	11 392,00	-11 392,00	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
5	23/abr/13	22 385,00	15 670,20	18/sep/13	15 670,20	0,00	
				18/sep/13	5 598,50	-5 598,50	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
6	23/abr/13	44 403,00	31 082,10	18/sep/13	31 082,10	0,00	
				18/sep/13	11 100,75	-11 100,75	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
7	23/abr/13	24 575,00	17 202,50	18/sep/13	17 202,50	0,00	
				18/sep/13	6 143,75	-6 143,75	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
8	23/abr/13	41 429,49	28 000,64	18/sep/13	28 000,64	0,00	
				18/sep/13	10 357,37	-10 357,37	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
9	23/abr/13	5 830,20	4 081,14	31/jul/13	4 081,14	0,00	
				31/jul/13	1 467,55	-1 467,55	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
10	23/abr/13	774,90	542,43	18/sep/13	542,43	0,00	
				18/sep/13	193,73	-193,73	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
11	16/jul/13	47 301,71	33 111,20	20/nov/13	31 697,07	1 414,13	Não Elegibilidade
				20/nov/13	11 320,38	-11 320,38	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
12	17/jul/13	29 102,61	20 371,83	20/nov/13	17 413,17	2 958,68	Não Elegibilidade
				20/nov/13	6 218,99	-6 218,99	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
13	17/jul/13	179 482,08	125 644,44	26/dez/13	94 233,33	31 411,11	Não Elegibilidade
				26/dez/13	33 654,76	-33 654,76	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
14							PP Anulado
15	23/jul/13	1 098,37	768,86	12/nov/13	768,86	0,00	
				12/nov/13	274,59	-274,59	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
Adiantamento				03/dez/13	568 311,30	-568 311,30	Adiantamento
16	30/jan/14	5 168,00	3 616,20	13/mar/14	3 616,20	0,00	
				13/mar/14	1 291,50	-1 291,50	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
17	16/sep/14	149 735,00	104 814,50	30/sep/14	104 814,50	0,00	
					37 433,75	-37 433,75	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
18						0,00	
19	08/jul/14	128 212,52	89 748,76		89 748,76	0,00	
20	22/dez/14	34 438,05	24 107,33		24 107,33	0,00	
21	22/dez/14	29 488,88	20 642,22		20 642,22	0,00	
22	22/dez/14	18 542,50	12 979,75		12 979,75	0,00	
23	16-02-20015		2 252 159,84	16/fev/15		2 252 159,84	acréscimo da taxa taxa para 76%. A anulação foi dos pp pagos até essa data e sem consideração do Topup, sendo o último o 22.
24	???		-2 074 357,75			-2 074 357,75	

25	16/mar/15	58 066,11	44 130,24	23/mar/15	44 130,24	0,00	
					11 032,56	-11 032,56	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
26	20/abr/15	183 492,78	139 454,51	05/mai/15	139 454,51	0,00	
					34 883,83	-34 883,83	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
27	20/abr/15	328 860,83	249 934,08	05/mai/15	249 934,08	0,00	
					82 483,52	-82 483,52	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
28	20/abr/15	14 156,25	10 758,75	05/mai/15	10 833,35	125,40	Não Elegibilidade
					2 658,34	-2 658,34	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
29	20/abr/15	23 185,17	17 820,73	26/jun/15	16 739,69	881,04	Não Elegibilidade
					4 184,92	-4 184,92	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
					212 683,11	0,00	
30	04/mai/15	279 846,20	212 683,11	05/mai/15	53 170,78	-53 170,78	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
31	04/mai/15	93 186,51	70 806,55	29/jun/15	67 266,22	3 540,33	Não Elegibilidade
					16 816,56	-16 816,56	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
32	03/jun/15	5332,59	4 052,77	29/jun/15	3 850,13	202,64	Não Elegibilidade
					982,53	-982,53	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
33	04/jun/15						PP de regularização de pp anteriores feitos contra fatura (26 e 31)
34	04/jun/15	61 202,87	46 514,03	16/jun/15	46 514,03		
					11 628,51	-11 628,51	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
35	08/jun/15	412 222,98	313 289,45	29/jun/15	312 067,43	1 192,02	Não Elegibilidade
					78 024,38	-78 024,38	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
36	09/jun/15	125 306,19	95 232,70	29/jun/15	80 470,35	4 782,35	Não Elegibilidade
					22 617,59	-22 617,59	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
37	11/jun/15	190 871,22	145 082,13	29/jun/15	142 092,87	2 989,26	Não Elegibilidade
					35 523,22	-35 523,22	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
38	08/jul/15	15 335,03	11 854,82	03/ago/15	11 854,82	0,00	
					2 913,66	-2 913,66	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
39	08/jul/15	29 512,54	22 429,53	22/jul/15	22 429,53	0,00	
					5 807,38	-5 807,38	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
40	08/jul/15	18 402,03	13 985,54	03/ago/15	13 985,54	0,00	
					3 496,39	-3 496,39	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
41	21/jul/15	182 515,73	123 511,95	30/jul/15	121 734,18	1 777,76	Não Elegibilidade
					30 433,54	-30 433,54	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
42	22/jul/15	10 405,80	7 908,41	30/jul/15	7 908,41	0,00	
					1 977,10	-1 977,10	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
43	22/jul/15	87 275,06	66 329,05	30/jul/15	66 329,05	0,00	
					16 582,26	-16 582,26	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
44	22/jul/15	6 134,01	4 861,85	03/ago/15	4 861,85	0,00	
					1 165,46	-1 165,46	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
45	17/ago/15	431 583,70	328 003,81	09/set/15	313 169,48	14 834,13	Não Elegibilidade
					78 292,37	-78 292,37	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
46	27/ago/15	86 173,86	65 492,13	07/set/15	50 583,36	14 908,77	Não Elegibilidade
					12 845,84	-12 845,84	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
47	28/ago/15	25 735,29	19 558,82	07/set/15	19 558,82	0,00	
					4 889,71	-4 889,71	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
48	28/ago/15	110 000,00	83 600,00	07/set/15	83 600,00	0,00	
					20 900,00	-20 900,00	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
49	14/set/15	874 886,73	512 913,91	05/out/15	503 021,01	8 892,90	Não Elegibilidade
					125 755,25	-125 755,25	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
50	12/out/15	135 697,58	103 130,16	23/out/15	98 213,44	4 916,72	Não Elegibilidade
					24 553,36	-24 553,36	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
51	12/out/15	143 084,05	108 743,88	26/out/15	103 306,69	5 437,19	Não Elegibilidade
					25 828,87	-25 828,87	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
52	19/out/15	1 188 429,55	903 206,46	22/out/15	903 206,46	0,00	
					225 801,82	-225 801,82	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
53	19/out/15	230 096,54	174 673,37	23-10-015	170 959,98	4 213,41	Não Elegibilidade
					42 684,99	-42 684,99	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
54	20/out/15	215 337,89	163 656,87	21/nov/15	163 656,87	0,00	
					40 914,22	-40 914,22	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
55	04/nov/15	208 841,88	157 199,88	11/nov/15	157 199,88	0,00	
					39 299,92	-39 299,92	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
56	13/nov/15	1 111 483,07	844 727,13	27/nov/15	844 727,13	0,00	
57	25/nov/15	28 798,53	20 366,88	03/dez/15	20 366,88	0,00	
		0,00				0,00	
58	10/dez/15	721 995,66	548 716,70	22/dez/15	537 140,37	11 576,33	Não Elegibilidade
59	10/dez/15	733 192,87	557 226,58	18/dez/15	548 700,83	8 525,75	Não Elegibilidade
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		11 161 114,66	8 479 379,95		16 487 286,41	-2 113 366,40	Valor recebido com Top-ups e com Adiantamento. Valor em Dívida já deduzido das não elegibilidades, somando 125.539,944
TOTAL com Mecanismo TOP							
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						54,88%	

• **Das Candidaturas ao PO Algarve (QREN)**

CANDIDATURA n.º ALG-02-132-FEDER-000016-“Planos de Praia da Ria Formosa-projectos de Execução”							
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010						163 112,23	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						Encerrada	70%
3. Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	10/jan/11	48 640,21	29 184,13	05/abr/11	29 184,13	0,00	
2	07/jul/11	16 618,73	9 971,24	04/ago/11	9 971,24	0,00	
3	28/dez/12	56 676,43	34 005,86	27/jan/12	34 005,86	0,00	
4	07/fev/12	49 856,22	29 913,73	14/mar/12	29 913,73	0,00	
5	02/ago/12		17 179,17	24/ago/12	17 179,17	0,00	Pagamento do remanescente da subida de taxa de 60% de cofinanciamento para 70%
6	27/dez/12	87 464,27	61 224,96	27/ago/13	48 760,43	12 464,56	
				28/dez/12	12 464,06	-12 464,06	Acrescimento de Recebimentos (95%- top up)
7	23/abr/13	9 845,59	9 845,59			9 845,59	
7	23/abr/13	-9 845,59	-9 845,59			-9 845,59	Pedido de pagamento devolvido
8	22/jul/13	16 618,74	11 633,12	14/nov/13	1 978,00	-0,39	Pedido de pagamento final
				25/mar/15	9 655,51	0,00	
9	10/fev/15	-5 589,24	-3 912,47	11/fev/15	-3 912,47	0,00	
TOTAL		270 285,37	189 199,77		189 199,66	0,11	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						97,97%	

CANDIDATURA n.º ALG-02-132-FEDER-000016-“Requalificação dos Espaços Ribeirinhos- Parques Públicos e Percursos Pedonais - Projectos de execução”							
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010						349 914,82	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						Encerrada	70%
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	10/jan/11	161 389,00	96 833,40	05/abr/11	96 833,40	0,00	
2	12/dez/11	98 225,00	56 935,00	22/jan/12	56 935,00	0,00	
3	06/fev/12	112 706,00	67 623,60	08/mar/12	67 623,60	0,00	
4	02/ago/12		37 232,01	24/ago/12	37 232,01	0,00	Pagamento do remanescente da subida de taxa de 60% de cofinanciamento para 70%
TOPUP				28/dez/12	22 814,39	-22 814,39	Acrescimento de Recebimentos (95%- top up)
6	23/abr/13	19 680,00	13 776,00			13 776,00	
7	26/nov/13	107 678,30	75 514,81	10/dez/13	48 980,67	26 634,14	Pedido de pagamento final
Pagamento Retenção Final				27/jun/14	17 495,74	-17 495,74	
TOTAL		498 678,30	349 914,82		349 914,81	0,01	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						100,00%	

CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000018-"Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"							
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010				1 270 807,90			
2.Taxa de Financiamento da Candidatura				1 120 508,17 Encerrada			
3 Pedidos de Pagamento				80%			
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	30/dez/10	2 051 009,10	1 230 605,51	06/abr/11	1 215 810,00	14 795,51	Encerramento da candidatura com pagamento da retenção final em 28-10-2013
2	19/jan/11	72 880,58	43 728,35			43 728,35	
3	13/jan/13	-256 376,15	-153 825,69	13/jan/13	-153 825,69	-153 825,69	
4-retenção final				29/jou/13	58 523,86	0,00	PP de encerramento (rev preços negativa)
5	27/jan/15	-27 851,52	-16 710,91	28/jan/15	-16 710,91		
TOTAL		1 839 662,10	1 103 797,26		1 103 797,26	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)				86,25%			

CANDIDATURA nº ALG-02-1132-FEDER-000035-" Requalificação da Marginal de Pedras d'El Rei / Sta. Luzia"							
1.Financiamento aprovado em 31-10-2012					475 018,24		
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					70%		
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	4/mai/15	11 358,07	7 951,28	18/mai/15	7 951,28	0,00	Top - up
					2 839,74	-2 839,74	
2	1/jul/15	149 135,20	104 394,64	10/jul/15	104 394,64	0,00	Top - up
					37 283,80	-37 283,80	
3	17/ago/15	68 547,40	47 983,18	24/ago/15	47 983,18	0,00	Top - up
				02/set/15	17 138,85	-17 138,85	
4	27/ago/15	18 940,84	13 258,59	02/set/15	13 258,59	0,00	Top - up
				02/set/15	4 735,21	-4 735,21	
5	15/out/15	269 619,68	188 740,69	12/nov/15	188 740,69	0,00	
6	19/nov/15	64 348,03	45 043,62			45 043,62	
7	10/dez/15	70 517,39	55 662,17	18/dez/15	25 197,10	30 465,07	
TOTAL sem Mecanismo TOP UP					387 826,48	78 608,69	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		661 467,51	463 034,17		449 821,08	13 613,08	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					362 326,38	81,58%	

CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000030-"Criação do Parque Ribeirão de Faro"

1. Financiamento Aprovado em 30-08-2011; Rep de Jan2013 aprovada em Maio de 2013

2 105 320,04

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recabidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa Valor (€)	Financiamento Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	RCTICIO - PASSAGEM DA TAXA DE 60 PARA 70%						Em Encerramento
2	19/jun/13	30 333,06	21 233,14	16/jul/13	21 233,14	0,00	
				16/jul/13	7 583,26	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
3	19/jun/13	69 471,78	48 630,25	16/jul/13	48 630,25	0,00	
				16/jul/13	17 367,94	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
4	11/jul/13	12 053,02	8 437,11	06/ago/13	8 437,11	0,00	
				06/ago/13	3 013,26	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
5	05/sep/13	56 844,41	39 651,00	23/sep/13	39 651,00	0,00	
				23/sep/13	14 161,10	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
6	Pedido de Pagamento da CMF- recebimento de 175.681,52€ de FEDER					0,00	
7	25/sep/13	60 039,34	42 027,54	15/out/13	42 027,54	0,00	
				15/out/13	15 009,84	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
8	25/sep/13	60 753,90	42 527,73	15/out/13	42 527,73	0,00	
				15/out/13	15 188,48	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
9	14/out/13	146 654,57	102 658,20	24/out/13	102 658,20		
				24/out/13	36 663,64	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
10	11/dez/13	166 868,01	116 807,81	18/dez/13	116 807,81	0,00	
				18/dez/13	41 717,00	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)	
11	28/dez/13	17 961,11	12 572,78	22/jan/14	12 572,78	0,00	
				01/ago/14	4 490,28		
12	25/mar/14	410 223,22	287 156,25	04/abr/14	287 156,25	0,00	
				01/ago/14	102 555,81		
13	14/mai/14	495 872,05	347 110,44	27/mai/14	347 110,44	0,00	
				01/ago/14	123 968,01		
14	23/mai/14	299 113,20	209 379,24	30/mai/14	209 379,24	0,00	
				01/ago/14	35 804,11	atingiu os 80%	
15	01/jul/14	489 809,19	328 866,43			328 866,43	
16	16/sep/14	336 342,31	235 439,62	02/out/14	175 129,02	60 310,60	
17	22/sep/14	44 568,47	31 197,93			31 197,93	
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		2 676 707,65	1 673 695,36		1 483 320,40	420 374,96	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		2 676 707,65	1 673 695,36		1 679 843,12	2 862,23	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

69,03%

CANDIDATURA nºALG-02-1132-FEDER-000037- Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação da Ria Formosa"

1.Financiamento aprovado em 31-10-2012

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

3 Pedidos de Pagamento

184 129,00

Em encerramento

70%

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	27/jul/13	93 480,00	65 436,00	13/ago/13	65 435,99	0,01	Aguarda-se pagamento Final
				13/ago/13	23 370,00	-23 370,00	
2	11/abr/14	23 370,00	16 359,00	09/mai/14	16 359,00	0,00	
				01/ago/14	5 842,50	-5 842,50	
3	19/sep/14	70 110,00	49 077,00	06/out/14	20 295,70	28 781,30	
4	5/mar/15	46 740,00	32 718,00	07/ago/15	24 107,30	8 610,70	
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		233 700,00	163 590,00		128 197,99	37 392,01	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		233 700,00	163 590,00		166 410,49	8 179,51	

Aguarda-se pagamento final

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

99,67%

CANDIDATURA nºALG-02-1132-FEDER-000053- Parque Ribeirinho Poente de Oihão

1.Financiamento aprovado em 21-03-2014.

121 863,86

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	23/jul/15	8 266,21	5 788,35	07/ago/15	5 788,35	0,00	Top - up
				07/ago/15	2 670,62	-2 670,62	
2	10/dez/15	70 435,45	49 304,82	15/dez/15	49 304,82	0,00	
3	17/dez/15	29 252,30	20 478,61			20 478,61	
TOTAL (sem Top - up)		107 653,86	75 667,78		55 081,17	32 386,18	
TOTAL (com Top-up)					57 781,79	17 805,99	

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

62,01%

CANDIDATURA n°ALQ-02-1132-FEDER-000051 - "Implementação do Plano de Praia dos Cavacos"

1. Financiamento aprovado em 12-03-2014

269 913,00

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	21/abr/15	7 680,98	5 380,87	27/abr/15	5 380,87	0,00	Top - up
					1 921,74	-1 921,74	
2	1/jul/15	46 252,51	32 376,76	08/jul/15	32 376,76	0,00	Top - up
					11 563,13	-11 563,13	
3	1/jul/15	88 467,72	61 927,40	08/jul/15	61 927,40	0,00	Top - up
					22 116,93	-22 116,93	
4	22/jul/15	44 192,03	30 934,42	07/ago/15	30 934,42	0,00	Top - up
					11 048,01	-11 048,01	
5	25/ago/15	19 043,12	13 330,16	02/set/15	13 330,16	0,00	Top - up
					4 760,78	-4 760,78	
6	15/out/15	52 155,97	36 509,18	30/out/15	36 509,18	0,00	
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		257 788,31	186 458,82		186 458,82	51 410,59	
TOTAL com Mecanismo TOP UP					231 869,40	-51 410,59	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

46,29%

CANDIDATURA n°ALQ-02-0730-FEDER-000051 - Parque Ribeirão do Ludo- Fase 1

1. Financiamento aprovado em 28-02-2014

375 628,70

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

85%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa (€)	Financiamento (€)	Data	Valor (€)		
1	23/jul/15	4 231,20	2 750,26	31/jul/15	2 750,26	0,00	Não Elegível no pp por verificação física
2	15/out/15	22 002,07	14 301,35	12/nov/15	14 301,35	0,00	
3	9/nov/15	31 721,22	20 618,79	27/nov/15	14 567,76	6 651,03	
4	23/nov/15	11 067,18	7 193,67	21/dez/15	7 193,67	0,00	
5	10/dez/15	130 877,23	85 070,20	15/dez/15	74 512,72	10 557,48	Não Elegível no pp por verificação física
6	17/dez/15	113 230,11	73 599,57	29/dez/15	90 208,08	-16 608,51	
TOTAL		313 129,01	203 533,86		203 533,86	0,00	Reposição da elegibilidade dos valores retirados em pp 3 e 5.

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

54,16%

CANDIDATURA n°ALG-02-1132-FEDER-000052 -"Implementação do Plano de Praia do Ancão-1ª Fase"							
1.Financiamento proposto em 18 de Novembro de 2013. Não Aprovado						2 465 857,93	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n° ALG-02-1132-FEDER-000036 -"Percurso Pedonal e Ciclável Iscôm- Manta Rota -Fase 1"							
1.Financiamento aprovado em 31-10-2012. Mas desistência da Sociedade						389 858,00	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						Candidatura anulada	70%
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						0,00%	

- Das Candidaturas ao PIT / Turismo de Portugal**

CANDIDATURA n°104/PIT-4/10-"Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"							
1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010						641 713,85	encerrada
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						21%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
Ped. Adiantamento	27/ago/10	192 514,16	192 514,16	11/ho/10	192 514,16	0,00	
1ºPP	29/jun/11	413 789,01	413 789,01	24/ago/11	377 495,82	36 293,19	
TOTAL		606 303,17	606 303,17		570 009,98	36 293,19	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						94,48%	

CANDIDATURA n° 103/PIT-J/10-"Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão, Armona e Culatra (Povoação e Faro)"

1. Financiamento Aprovado em 12-07-2010

393 932,00 Encerrada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

20%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	30/sep/12	393 932,00	393 932,00	08/abr/13	393 932,00	0,00	
TOTAL		393 932,00	393 932,00		393 932,00	0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

100,00%

CANDIDATURA n° P002011/PIT-LI-"Parque Ribeirinho de Faro"

1. Financiamento Aprovado em 07.09.11

836 281,32

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

25%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	Dados no SI TP aguardando informação TP

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0,00%

CANDIDATURA n° PIT-3712-"Parque Ribeirinho do Ludo"

1. Financiamento aprovado em Abril de 2013

126 775,42

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

20%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	PP em preparação

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0,00%

CANDIDATURA n.º PIT-3812-"Requalificação da Marginal de Pedras d'El Rei / Sta. Luzia"

1. Financiamento aprovado em Abril de 2013 124 898,33

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 20%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	PP em preparação

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 0,00%

CANDIDATURA n.º PIT-3812- Percurso Pedonal e Ciclável Jacém- Manta Rota -Fase 1

1. Financiamento aprovado em Maio de 2013 153 080,97

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 20%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	Candidatura suspensa

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 0,00%

• Das Candidaturas ao PROMAR

CANDIDATURA n.º 31-03-01-FEP-81-"Estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa"

1. Financiamento Proposto em Novembro de 2009 e aprovado em 22-03-2010 486 388,00

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 75%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Despesa	Financiamento Atual (100%-IVA)	Data	Valor (€)		
1	02/fev/11	93 657,28	93 657,28			93 657,28	Corrigidos nesta mapa os valores pedidos dado que parte são cofinanciados pelo FEP e parte pelo OE.
1 anulado	17/nov/11	-93 657,28	-93 657,28			-93 657,28	
1 ref	25/nov/11	190 482,88	190 482,88	30/mar/12	151 488,00	33 994,88	
				29/nov/12	5 000,00		
2	21/jan/13	191 210,88	191 210,88	29/abr/13	155 456,00	35 754,88	
3	20/mar/15	94 385,28	94 385,28				
TOTAL		478 079,04	478 079,04		311 944,00	89 749,76	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 102,08%

Tinha-se assim, no final de 2015, relativamente a candidaturas, o seguinte quadro de financiamento:

(Valores em Euros)

<u>Financiamento Aprovado</u>	29.774.231,93
POA	1.605.264,22
POVT	20.250.531,76
PO Algarve	5.175.608,06
PROMAR	466.368,00
PIT	2.276.459,90
<u>Pedidos de Pagamento e Adiantamento Apresentados</u>	18.866.837,66
<u>Recebimentos</u>	22.269.430,32

7. Análise Económica e Financeira

7.1. Balanço

Em 2015 o Balanço da Polis Litoral Ria Formosa foi preparado de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.



8. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º dos Estatutos da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, o Conselho de Administração:

Considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objeto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Polis Litoral Ria Formosa;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se definida nos respetivos Estatutos a data da sua duração, a qual na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 30 de dezembro de 2015, alterou o prazo de duração da Sociedade, constante no nº 1 do artigo 3.º dos Estatutos, fixando-o em 31 de dezembro de 2016.
- As recomendações da Comissão de Normalização Contabilística e dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade.

Deliberou:

- Adotar em 2015, à semelhança do que foi adotado em 2014, critérios de contabilização que conduzirão a um resultado líquido do exercício nulo, por ajustamento para a rubrica de trabalhos para a própria empresa relativos a imobilizações em curso, os valores para rateio, devendo o apuramento final ser efetuado aquando da conclusão dos vários projetos.

9. Informação Complementar

9.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por interposta pessoa.

9.2. Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral Ria Formosa tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.

9.3. Referências

Ao concluir este Relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais nomeados / eleitos.

De forma muito especial, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pelo Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e a ação do Gabinete Coordenador do Programa Polis, da Agência Portuguesa do Ambiente, da Marinha Portuguesa e da Autoridade Marítima.


Os Administradores desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da atividade da Sociedade não teria sido possível, e bem assim a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedores com os quais a Sociedade se relacionou, com destaque para os Administradores, Dirigentes e Trabalhadores da Parque Expo, SA, em particular os Trabalhadores e Dirigentes destacados para assegurar a gestão da operação.

Olhão, 29 de março de 2016

O Conselho de Administração,



Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira
(Presidente do Conselho de Administração)



João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)



Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal do Conselho de Administração)



II.

PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA – GRELHA DE VALIDAÇÃO –

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		6	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		9	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		11	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X			X	11	
3.	Acordos parassociais.	X			X	12	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X			X	14	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X			X	14	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X			X	14	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	14	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X			X	15	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X			X	15	
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		17	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		17	
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		18	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		18	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		18	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		19	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		19	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X			X	20	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X			X	20	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X			X	21	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X			X	22	Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		22	Não aplicável
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		22	Não aplicável
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		23	Não aplicável
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		23	Não aplicável
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		23	
2.	Indicação das limitações, legais.	X			X	24	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X			X	24	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X			X	24	
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.	X			X	24	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X	24	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X	24	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X	24	Não aplicável
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X	26	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		26	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		26	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X			X	26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X			X	26	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X			X	26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X			X	26	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X			X	26	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X			X	27 29	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X			X	27 29	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X			X	27 29	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		29	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		29	
3.	Plano de ação para prevenir fraudes internas e externas	X		X		30	
D.	Deveres Especiais de Informação	X		X		30	
E.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		30	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	X			X	30	Não aplicável
VI	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X			X	33	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	X			X	33	Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	33	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X			X	33	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		33	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X			X	33	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X			X	33	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X			X	33	Não aplicável
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		33	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X			X	33	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X			X	33	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X			X	33	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		33	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		33	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X			X	36	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações.	X			X	36	Não aplicável
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		38	
2.	Políticas prosseguidas.	X			X	41	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: Responsabilidade social Responsabilidade ambiental Responsabilidade económica.	X			X	41 42	
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X			X	45	
2.	Outras informações		X				



III.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



III.1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO –

**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-15	31-Dez-14
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	40,424,872.61	25,837,620.95
		40,424,872.61	25,837,620.95
Activo Corrente			
Clientes / Protocolos	5	12,391.29	11,489.45
Adiantamentos a fornecedores	6	1,017.60	370.65
Estados e outros entes públicos	7	7,981.04	15,080.96
Outras contas a receber	8	132,815.59	150,724.57
Diferimentos	9	1,191.85	2,244.38
Caixa e depósitos bancários	10	8,705,824.27	12,771,091.17
		8,861,221.64	12,951,001.18
Total do activo		49,286,094.25	38,788,622.13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	21,056,300.00	20,378,750.00
Outras variações no capital próprio	12	25,429,815.45	16,960,852.93
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Total do capital próprio		46,486,115.45	37,339,602.93
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	8	475,004.67	147,953.43
		475,004.67	147,953.43
Passivo corrente			
Fornecedores	13	23,303.77	14,344.62
Estado e outros entes públicos	7	5,138.60	14,613.80
Outras contas a pagar	8	2,296,531.76	1,272,107.35
		2,324,974.13	1,301,065.77
Total do passivo		2,799,978.80	1,449,019.20
Total do capital próprio e do passivo		49,286,094.25	38,788,622.13

CONTABILISTA CERTIFICADO (2211)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



III.2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS –

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-15	31-Dez-14
Subsídios à exploração	14	0.00	1,274.89
Trabalhos para a própria entidade	15	173,728.81	125,515.63
Fornecimentos e serviços externos	16	-136,024.27	-112,465.28
Gastos com o pessoal	17	-68,785.51	-71,776.26
Outros rendimentos e ganhos	18	23,141.70	30,763.52
Outros gastos e perdas	19	-5,462.01	-12,437.45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-13,401.28	-39,124.95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	-2,631.60	-3,211.86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16,032.88	-42,336.81
Juros e rendimentos similares obtidos	21	16,697.50	43,018.35
Juros e gastos similares suportados	21	0.00	-4.00
Resultado antes de impostos		664.62	677.54
Imposto sobre o rendimento do período		-664.62	-677.54
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Resultado por acção básico		0.00	0.00

CONTABILISTA CERTIFICADO (12/12)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade Para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A.



NIF: 508 683 424

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-15	31-Dez-14
Outros rendimentos		196,870.51	157,554.04
Gastos administrativos		204,809.78	184,241.54
Outros gastos		8,093.61	15,649.31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16,032.88	-42,336.81
Gastos de financiamento (líquidos)		-16,697.50	-43,014.35
Resultados antes de impostos		664.62	677.54
Imposto sobre o rendimento do período		-664.62	-677.54
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Resultado por acção			

CONTABILISTA CERTIFICADO (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



III.3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO –

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
		Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2015	1		20,378,750.00	-	-	-	16,960,852.93	-	37,339,602.93	-	37,339,602.93
Alterações no período									-		0.00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-		0.00
Alterações de políticas contabilísticas									-		0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-		0.00
Realização do excedente de revalorização de activos									-		0.00
Excedente de revalorização de activos									-		0.00
Ajustamentos por impostos diferidos									-		0.00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							8,468,962.52		8,468,962.52		8,468,962.52
capital próprio	2		-	-	-	-	8,468,962.52	-	8,468,962.52	-	8,468,962.52
Resultado Líquido do Período	3							-	-		0.00
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-	8,468,962.52	-	8,468,962.52
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital			677,550.00	-	-	-	-	-	677,550.00		677,550.00
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-		0.00
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-		0.00
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-		0.00
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-		0.00
	5		677,550.00	-	-	-	-	-	677,550.00	-	677,550.00
Posição no Fim do Período 2015	6 = 1 + 2 + 3 + 5		21,056,300.00	-	-	-	25,429,815.45	-	46,486,115.45	-	46,486,115.45

CONTABILISTA CERTIFICADO (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do Período 2014	1		15,600,387.00	-	-	-	14,695,935.95	-	30,296,322.95
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-	0.00
Alterações de políticas contabilísticas								-	0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	0.00
Realização do excedente de revalorização de activos								-	0.00
Excedente de revalorização de activos								-	0.00
Ajustamentos por impostos diferidos								-	0.00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							2,264,916.98	-	2,264,916.98
	2		-	-	-	-	2,264,916.98	-	2,264,916.98
Resultado Líquido do Período	3							-	0.00
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-	2,264,916.98
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			4,778,363.00	-	-	-	-	-	4,778,363.00
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	0.00
Distribuições			-	-	-	-	-	-	0.00
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	0.00
Outras operações									0.00
	5		4,778,363.00	-	-	-	-	-	4,778,363.00
Posição no fim do Período 2014	6 = 1 + 2 + 3 + 5		20,378,750.00	-	-	-	16,960,852.93	-	37,339,602.93

CONTABILISTA CERTIFICADO (22/2)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



III.4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA –

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-2015	31-Dez-2014
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes/protocolos		1,296,584.83	135,905.70
Pagamentos a fornecedores		-137,665.98	-136,000.51
Pagamentos ao pessoal		-50,138.38	-47,941.73
Caixa gerada pelas operações		1,108,780.47	-48,036.54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		4,902.69	-7,720.71
Outros recebimentos/pagamentos		6,635,705.18	1,896,507.97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		7,749,388.34	1,840,750.72
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-12,518,439.74	-3,200,592.28
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		9,537.00	183.60
Juros e rendimentos similares		16,697.50	43,018.35
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-12,492,205.24	-3,157,390.33
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		677,550.00	4,758,363.00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0.00	-4.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		677,550.00	4,758,359.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-4,065,266.90	3,441,719.39
Caixa e seus equivalentes no início do período		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12,771,091.17	9,329,371.78
		8,705,824.27	12,771,091.17

CONTABILISTA CERTIFICADO (2211)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



III.5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS –

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA



Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A. foi constituída em 3 de Junho de 2008, tem a sua sede no Parque Natural da Ria Formosa, Chalé João Lúcio, em Olhão.

A sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção. Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2015 as demonstrações financeiras da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal como referido na nota 2 h) seguinte.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Inicialmente estava prevista a dissolução da sociedade em 31/12/2012, fato que não ocorreu uma vez que no seguimento da reunião da Assembleia Geral realizada em 28/12/2012 tinha sido aprovado por unanimidade a alteração do prazo de duração da sociedade constante no nº.1 do Artigo 3º dos Estatutos da Sociedade, passando a data prevista para dissolução a ser 31/12/2014. Em reunião de Assembleia Geral de 20/08/2014, a duração da sociedade prevista para 31/12/2014, foi alterada (por maioria, com os votos favoráveis dos acionistas Estado e Municípios de Faro, Tavira e Loulé e o voto contra do acionista Município de Olhão) para 31/12/2015.

No entanto, foi deliberada nova alteração à duração da sociedade em reunião de Assembleia Geral, na sessão de 30/12/2015 para que a duração da sociedade prevista para 31/12/2014, fosse alterada (por maioria, com os votos favoráveis dos acionistas Estado e Municípios de Tavira e Loulé, o voto contra do acionista Município de Faro e Abstenção do acionista Município de Olhão) para 31/12/2016.

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 3.9).

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

A Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

No âmbito da atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., os subsídios para investimento serão contabilizados por cada programa operacional / eixo, à medida que sejam solicitados os respetivos pedidos de cofinanciamento. Assim, face a adoção da política contabilística, foi adotada a nota sobre os critérios Contabilísticos da Polis emanada pela C. N. Contabilística, adaptando-se o critério de reclassificar os resultados entre os Gastos e os Rendimentos de funcionamento por naturezas para Ativos Fixos no final, e rateados por projeto de acordo com o critério definido que denominamos de lucro nulo.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa, SA são apresentadas em Euros.
O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	1 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Face à especificidade da atividade da empresa, foram registadas em Investimentos em curso as obras e projetos desenvolvidos pela Sociedade Polis, que aquando da dissolução da sociedade serão atribuídas às entidades beneficiárias.
De igual forma as participações recebidas a título de subsídios para essas obras e projetos, serão diferidas até à dissolução da sociedade.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Tendo em consideração a atividade específica da empresa, nomeadamente quanto aos critérios adotados para o registo de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios para investimentos explicados na anterior nota 3.2, e a adoção do critério do lucro nulo conforme explicado na nota 2 h) não se considera aplicável nestas componentes o registo de impostos diferidos.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Apesar de apresentar Resultado Líquido do Exercício nulo, foram calculadas as tributações autónomas, que correspondem ao imposto contabilizado como "Imposto sobre o rendimento do período", cujo montante foi 664,62 €.

3.4. Cientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.7. Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.10. Subsídios

Os subsídios atribuídos à Sociedade, a fundo perdido, para financiamento de Investimentos em Curso, são registados como Subsídios, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, a partir do momento da apresentação dos pedidos de pagamento, para os quais a respetiva candidatura se encontre aprovada.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

3.11. Resultado das Operações do Exercício

Conforme referido na Nota 2 h), as demonstrações financeiras não apresentam os resultados das operações do exercício, os quais são reclassificados para Investimentos em Curso, atendendo às características específicas das Sociedades Polis.

Deste modo, os créditos de funcionamento e os gastos de funcionamento são registados no decorrer do exercício de acordo com a sua natureza, nas respetivas contas que concorrem para a Demonstração dos Resultados. No final de cada exercício, o resultado apurado é ajustado para a rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa e Investimentos em Curso, valores para rateio, em subcontas devidamente identificadas, de forma a apurar um Resultado Líquido do Exercício nulo. No final, os valores constantes dessa conta do ativo, vão ser rateados pelos vários projetos, de acordo com os critérios estabelecidos e constantes da Nota 2 h).

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 1 de Janeiro de 2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.
Custo:					Saldo em 31 de Dezembro de 2015
Equipamento administrativo	30,039.97	-			30,039.97
Investimentos em Curso	25,831,407.35	14,589,883.26			40,421,290.61
	25,861,447.32	14,589,883.26	-	-	40,451,330.58
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	23,826.37	2,631.60			26,457.97
	23,826.37	2,631.60	-	-	26,457.97

5. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente (gerais)		12,391.29		11,489.45
	-	12,391.29	-	11,489.45
Perdas por imparidade acumuladas				
	-	12,391.29	-	11,489.45

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes".

6. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos para reforço de pré-ativo efetuados aos CTT – Correios de Portugal, S. A. por conta de despesas de comunicação a efetuar.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	31-Dez-15	31-Dez-14
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	6,319.14	14,846.05
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1,661.90	234.91
	7,981.04	15,080.96
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	664.62	677.54
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	10,758.66
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2,621.84	1,680.00
Segurança Social	1,852.14	1,497.60
	5,138.60	14,613.80

8. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica os saldos destas rubricas tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a receber (Activo)				
Co - Financiamentos		118,110.88		143,991.43
Devedores por acréscimos (periodização económica)		10,728.58		2,793.00
Fornecedores de investimentos		-		2,682.48
Outros devedores (IEF - Medida Estímulo 2013)		-		1,257.66
Outros devedores (Reemb.Custas Processo)		3,976.13		-
	-	132,815.59	-	150,724.57
Perdas por imparidade acumuladas	-	132,815.59	-	150,724.57
Outras contas a pagar (Passivo)				
Pessoal		1,893.20		596.50
Fornecedores de investimentos		132,270.28		190,172.18
Consultores		18,336.78		5,535.04
Credores por acréscimos (periodização económica)		340.83		779.11
Co - Financiamentos (Adiantamentos)		2,143,690.67		1,075,024.52
Outros credores	475,004.67	-	147,953.43	-
	475,004.67	2,296,531.76	147,953.43	1,272,107.35
Perdas por imparidade acumuladas	475,004.67	2,296,531.76	147,953.43	1,272,107.35

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores/credores".

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros antecipados	495.46	699.66
Outros gastos a reconhecer - FSE's	696.39	1,544.72
	1,191.85	2,244.38

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Caixa	107.58	152.04
Depósitos à ordem	8,705,716.69	8,270,939.13
Depósitos à prazo	-	4,500,000.00
	8,705,824.27	12,771,091.17

11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital da empresa encontra-se totalmente subscrito, embora não totalmente realizado.

É composto por 22.500 ações com o valor nominal de 1.000 Euros cada.

Nesta data encontra-se realizado 21.056.300,00 €.

No exercício foi registada a realização de capital no valor de 677.550,00 € decomposto da seguinte forma:

- Município de Olhão realizou 137.550,00 €
- Município de Tavira realizou 405.000,00 €
- Município de Loulé realizou 135.000,00 €

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital:

	% Capital	Valor
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público	63%	14,175,000.00

12. Outras variações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	- 263.96	- 263.96
Subsídios ao Investimento	25,430,079.41	16,961,116.89
	25,429,815.45	16,960,852.93

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Fornecedores conta corrente (gerais)	23,303.77	14,344.62
	23,303.77	14,344.62

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2015 apresentava-se como segue:

Entre 0 – 30 dias: 23.303,77 Euros

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

14. Subsídios à exploração

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Medida de Estimulo IEFP 2013	-	1,274.89
	-	1,274.89

Esta medida diz respeito ao incentivo à contratação da trabalhadora Sofia Cabanita.

No entanto, dado os requisitos da medida, a entidade acabou por não beneficiar do incentivo em causa tendo sido notificada para devolução do valor já recebido do IEFP, no decorrer de 2015. Foi feito o reembolso a essa entidade e o respetivo registo contabilístico, conforme detalhado no mapa da nota 19.

15. Trabalhos para a própria entidade

A repartição dos trabalhos para a própria entidade nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Trabalhos para a própria entidade	173,728.81	125,515.63
	173,728.81	125,515.63

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos incorridos no exercício que foram capitalizados para imputação posterior aos diferentes projetos, de acordo com os pressupostos que vierem a ser aplicados.

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Serviços especializados	107,858.03	85,056.12
Materiais	5,799.12	5,811.66
Energia e fluídos	2,648.99	2,200.75
Deslocações, estadas e transportes	38.05	25.20
Serviços diversos, dos quais:	19,680.08	19,371.55
- Comunicação	8,123.24	8,102.10
- Limpeza, Higiene e Conforto	6,388.97	6,194.05
- Rendas e Alugueres	3,816.88	4,182.88
- Outros	1,350.99	892.52
	136,024.27	112,465.28

17. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Remunerações dos órgãos sociais	23,420.90	19,549.65
Remunerações do pessoal	36,362.19	41,721.34
Encargos sobre remunerações	8,312.55	9,572.16
Seguros	472.27	424.51
Outros gastos com pessoal	217.60	508.60
	68,785.51	71,776.26

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O número médio de empregados da empresa tanto no exercício de 2015 como no seu comparativo, 2014, foi de 3. Conforme deliberação da Administração, os custos com o pessoal diretamente afetos ao desenvolvimento dos projetos, são imputados aos respetivos projetos.

18. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Rendimentos suplementares, dos quais:	22,984.20	27,258.00
- <i>Vendas de cadernos de encargos</i>	2,700.00	10,500.00
- <i>Protocolo vigilância</i>	9,525.02	16,758.00
- <i>Despesas debitadas a terceiros (Empreiteiros)</i>	10,759.18	-
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	157.50	3,505.52
- <i>Correcções relativas a exercícios anteriores (devolução ref. a senhas de presença)</i>	157.50	3,505.52
	23,141.70	30,763.52

A rubrica rendimentos suplementares diz respeito maioritariamente à venda de cadernos de encargos e ao débito de encargos com vigilância e segurança, no âmbito do "Protocolo para o estabelecimento das bases de cooperação financeira para a prestação de serviços de segurança e vigilância humana" celebrado com a entidade Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

A rubrica rendimentos suplementares registou ainda o valor de reembolso de horas extraordinárias de fiscalização e danos nas redes de abastecimento de águas, registados como gasto, no entanto repercutidos aos respetivos empreiteiros das obras dado não serem contratualmente da responsabilidade da Sociedade.

19. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Impostos	-	18.93
Outros gastos e perdas, dos quais:	5,462.01	12,418.52
- <i>Correcções relativas a exercícios anteriores (IVA duplicados não recepcionados)</i>	-	11,580.93
- <i>Correcções relativas a exercícios anteriores (Subsídio IEFEP Estímulo Emprego - Devolução)</i>	2,515.32	-
- <i>Correcções relativas a exercícios anteriores (Estimativa Imposto)</i>	2,946.68	284.40
¹ - <i>Correcções relativas a exercícios anteriores (Acréscimos de gastos - FSE's)</i>	-	553.19
¹ - <i>Correcções relativas a exercícios anteriores (Outros não especificados)</i>	0.01	-
	5,462.01	12,437.45

20. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	2,631.60	-	2,631.60	3,211.86	-	3,211.86
	2,631.60	-	2,631.60	3,211.86	-	3,211.86

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2015 e de 2014, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	16,697.50	43,018.35
	16,697.50	43,018.35
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	-	4.00
	-	4.00
Resultados financeiros	16,697.50	43,014.35

22. Eventos subsequentes

Em 31 de Dezembro de 2015 existem processos judiciais contra a empresa (apresentados abaixo).

Discriminação dos processos e ações em curso:

Processo Nº. 3/12.2.BELLE (Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé) - Ação administrativa especial

A ação foi interposta pelo consórcio M. Couto Alves, S. A. e Delta 9, que respeita ao contrato de "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira".

O pedido consiste na impugnação da deliberação da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa que impôs multas contratuais no valor de 584.567,47 € por inobservância dos prazos de execução da obra e na reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

Valor da conjunto da ação : 5.465.908,62 €.

Estado da Ação: O processo encontra-se sem data de julgamento designada e pendente de informação sobre a possibilidade de inquirição presencial de várias testemunhas que se encontram emigradas.

Processo Nº. 623/15.3 BELLE (Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé) - Ação administrativa comum

A ação foi interposta pela Sr.ª Maria Manuela Gomes dos Santos Baptista à Sociedade Polis Litoral Ria Formosa e Outros (DGRM, Lusitânia – Companhia de Seguros S. A. e M. Couto Alves, S.A.) e o pedido consiste no pagamento da quantia abaixo detalhada por danos morais e patrimoniais, acrescidos de juros.

Valor da ação : 244.432,29 €.

Estado da Ação: O processo encontra-se ainda na sua fase inicial.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa tem um seguro geral de responsabilidade civil que cobre danos e prejuízos resultantes da sua atividade.

Processo Nº. 559/15.8 BELLE (1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo de Loulé) – Processo Judicial

O processo tem como Autor a empresa Nicolau de Macedo, S.A. e para além da Ré, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa existe ainda uma Contra-interessada, a Sociedade Farenses de Areias, S.A..

Descrição do litígio: Processo de contencioso pré-contratual com vista à anulação do Relatório Final e do ato de exclusão da proposta apresentada pela Autora, anulação ao ato de adjudicação da proposta à Contra-interessada, Sociedade Farenses de Areias, S.A. e condenação da Entidade Demandada na adjudicação da proposta à Autora.

Valor da ação : 1.489.500,00 €.

Estado da Ação: A Autora apresentou recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul da Sentença que julgou improcedente da ação.

A Ação Administrativa Proc. 188/12.8 BELLE que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, foi interposta pela Sr.ª Maria da Encarnação Guerreiro Pinguinha Dionísio. Trata-se de um processo de "destruição da embarcação Sousinha propriedade da Autora que se encontrava amarrada ao cais da margem esquerda do Rio Gilão, debaixo da ponte dos descobrimentos".

O valor proposto é de 160.000,00€.

Em 25 de Maio de 2012 foi proferida Sentença tendo absolvido a Sociedade PLRF da instância. Não, concordando com esta decisão a Autora interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul em 3 de Julho de 2012. Em 26 de Setembro de 2013 foi proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que revogou a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé e mandou baixar os autos ao mesmo Tribunal a fim de que a autora concretize o seu direito de propriedade da embarcação.

Em 16 de Outubro de 2013 a Autora apresentou articulado no sentido de concretizar o seu direito de propriedade.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Em 12 de Março foi proferido o despacho a agendar para o dia 26 de Junho de 2014, pelas 14.30H a audiência prévia.

Em 12 de Maio de 2014 foi proferido despacho para alteração da data inicialmente fixada e designou para a realização da audiência prévia, o dia 4 de Julho de 2014, pelas 14:30H.

No dia 15 de Outubro de 2014 chegou notificação da ata da audiência prévia e do despacho de 11 de Outubro de 2014 em que solicita a junção aos autos de documentos por parte da autora, tendo sido proferido despacho saneador em que julgou procedente a exceção de ilegitimidade passiva suscitada e consequentemente, absolveu a ré Elsa Caetano.

No dia 9 de Março de 2015 chegou notificação do Tribunal do despacho a agendar para o dia 20 de Maio de 2015 a continuação da audiência prévia, que foi realizada, conforme marcação, tendo sido dada a palavra aos mandatários das partes para alegações de facto e de direito.

Foi proferido despacho que refere que atendendo à complexidade das questões a resolver, será proferido o despacho saneador por escrito, o qual, em 31 de Dezembro de 2015 ainda se aguardava que fosse proferido, bem como o agendamento da data do julgamento.

Para além dos mencionados anteriormente, existem ainda vários outros litígios à data de elaboração do presente relatório.

Tratam-se de litígios que visam a suspensão da eficácia e respetivas ações administrativas especiais para a impugnação dos atos administrativos praticados pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa no âmbito da implementação das medidas previstas no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, de acordo com a prossecução do seu objeto social (DL Nº.92/2008 de 3 de Junho), designadamente as medidas de retirada de ocupações em zona de risco (demolições), a manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema (renaturalização) e a minimização das situações de risco para pessoas e bens por via de medidas corretivas de erosão e defesa costeira.

Posição atual das ações: Todas as providências cautelares julgadas e transitadas em julgado até ao momento (salvo uma única, no caso particular do Processo Nº. 84/15.7 BELLE) foram favoráveis aos interesses da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa. Todas as respetivas ações principais encontram-se pendentes e não foram ainda objeto de sentença correndo os seus trâmites normais em primeira instância.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. está neste momento (e no decurso no ano 2015 e 2016) a desenvolver a execução das medidas previstas no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, de acordo com a prossecução do seu objeto social, designadamente, as medidas de retirada de ocupações em zona de risco (demolições), a manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema (renaturalização) e a minimização das situações de risco para pessoas e bens por via de medidas corretivas de erosão e defesa costeira. Esta atuação tem dado origem a diversas providências cautelares de suspensão da eficácia dos atos administrativos que aprovaram tais medidas, por iniciativa dos particulares afetados, como é normal e seria expectável num programa desta natureza. A principal pretensão deduzida pelos particulares requerentes nesses processos consiste no pedido de anulação dos atos administrativos que determinaram a tomada de posse administrativa e a demolição das construções em causa, alegadamente, sem ter sido assegurado o direito ao realojamento, nas condições em que os requerentes se considerem residentes de primeira e única habitação em algum núcleo das ilhas barreira da Ria Formosa. Por vezes, também é cumulado um pedido de indemnização correspondente ao valor dos gastos realizados com as construções a serem demolidas, embora o principal interesse dos particulares requerentes seja sempre a tentativa de obstar à desocupação e demolição daquelas construções. Todas as providências cautelares e ações judiciais têm sido contestadas pela sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A..

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

É convicção da Administração que os processos judiciais acima referidos não têm fundamento, não se esperando a existência de encargos relevantes relativos aos mesmos.

23. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Para efeitos da alínea d) do nº. 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015 a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº. de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2015.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do nº. 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,





IV.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações financeiras da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de Balanço de 49.286.094 euros e um total de Capital próprio de 46.486.115 euros, incluindo um Resultado líquido nulo (zero euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no Capital próprio, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de Demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos que constituem o referencial contabilístico (conforme descrito nas notas 2 e 3 do Anexo) e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações financeiras, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adotado face ao objeto da entidade e à especificidade das suas operações.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as Demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o referencial descrito nas notas 2 e 3 do Anexo.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1. A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA foi constituída em Junho de 2008, com um capital subscrito de 22.500.000 euros encontrando-se realizado em 21.056.300 euros. A despesa total realizada, abrange cerca de 53% do total previsto para toda a intervenção, estando prevista a dissolução da Sociedade em 31 de dezembro de 2016.

8.2. Considerando a natureza não lucrativa da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, a sua atividade específica, e de não existir no normativo nacional nem nas disposições subsidiárias do IASB, um referencial específico para este tipo de sociedades, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, que a contabilização das operações realizadas conduzirá à imobilização dos investimentos, ao diferimento dos subsídios associados a esses investimentos, e a um resultado líquido nulo por diferimento dos saldos das contas de proveitos e de custos.

8.3. Conforme melhor descrito na nota 22 do Anexo existem processos judiciais em curso contra a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, nos quais se requer o pagamento de indemnizações no montante de 5.870.000 euros, que segundo a Administração não têm qualquer fundamento. Existem também diversos processos intentados em 2014 e 2015, relativos a pedidos de suspensão de eficácia de ato administrativo, conforme discriminado na referida nota 22 do Anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de gestão é concordante com as Demonstrações financeiras do exercício.

Faro, 4 de abril de 2016



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

4



V.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2015, a atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do trabalho efetuado, tanto quanto é do nosso conhecimento, não foram detetadas situações de incumprimento das orientações legais em vigor para o sector empresarial do Estado, em especial as orientações relativas às remuneratórias vigentes em 2015, e da exigência constante do nº1 do artigo 54º do RJSPE, o qual estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente relatório de boas práticas de governo societário.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir, que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e o Anexo apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 4 de abril de 2016

O FISCAL ÚNICO

Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.



VI.

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

SAZ
H
P



RIA FORMOSA POLIS LITORAL

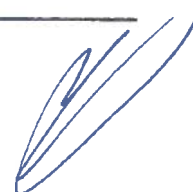
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

**RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE
CORRUÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

Outubro 2015

ÍNDICE

1. Enquadramento	3
2. Avaliação do Plano	5
3. Avaliação das Medidas de prevenção	8
Anexo I	10



ENQUADRAMENTO

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 01 de julho de 2009, publicada no Diário da República, II Série, n.º 140, de 22 de julho, determinou requerer a todas as entidades públicas a elaboração dos respetivos Planos de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) e que as mesmas procedam à avaliação da execução desses planos.

Neste âmbito e no dever de colaboração com o CPC, o Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa (SPLRF) aprovou em Maio de 2013 o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Seguindo as orientações do CPC, e passados dois anos da elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLRF, procede-se neste Relatório de Monitorização a uma avaliação do próprio Plano, à análise da sua implementação e à avaliação das medidas de prevenção propostas.

O presente Relatório de Monitorização está estruturado em dois capítulos, sendo que no primeiro é feita uma avaliação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLRF, fazendo-se algumas atualizações e propondo-se alguns ajustamentos considerados necessários para a sua melhoria. No segundo capítulo é feito o balanço da implementação das medidas preventivas dos riscos previamente identificados.

1. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLRF, elaborado em Maio 2013, tem em conta o conteúdo do ofício circular nº 4766 que procede à divulgação das Recomendações nº 1/2015 de 7 de janeiro e nº 3/2015 de 1 .e julho, do Conselho de Prevenção para a Corrupção, ambas publicadas em Diário da República,

Da sua análise conclui-se pela necessidade de proceder a alguns ajustamentos ao plano, com a introdução dos seguintes pontos:

Atualização dos responsáveis pelos diferentes órgãos sociais da SPLRF

No decorrer deste dois anos houve alterações aos órgãos sociais da Sociedade, tendo essas alterações sido efetivadas em reuniões de Assembleia Geral da Sociedade ou por Deliberação Social Unânime. A nova constituição é a seguir sistematizada.

Assembleia Geral	<p><u>Presidente:</u> Prof. Dr. João Pinto Guerreiro</p> <p><u>Secretária:</u> Drª Maria da Conceição Janeiro Godinho Calhau, nomeada em Assembleia Geral de 29 de Junho 2015</p>
Conselho de Administração	<p><u>Presidente:</u> Dr. Sebastião Lage Repouso Bráz Teixeira, nomeado por Deliberação Social Unanime de 24 de Outubro 2013</p> <p><u>Vogal:</u> Dr. Joao Manuel da Silva Alves</p> <p><u>Vogal:</u> Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho (Câmara Municipal de Faro), nomeado em Assembleia Geral de 29 de Junho 2015</p>
Órgão de Fiscalização	<p><u>Efetivo:</u> DFK & Associados - SROC, S.A representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro, Assembleia Geral de 29 Junho 2015</p> <p><u>Suplente:</u> Manuel Lázaro Oliveira, nomeado em Assembleia Geral de 29 Junho 2015</p>

Redução ao recurso por ajuste direto, devendo quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente

Seguindo a Recomendação 3/2015, de 1 de julho, a Sociedade reporta que tem tido a preocupação, no caso dos ajustes diretos efetuar a consulta pelo menos a 3 concorrentes. Só em casos muito excepcionais e devidamente fundamentados, é que tem realizado procedimentos de convite a um único concorrente.

Identificação do responsável pela execução e monitorização da aplicação das medidas de prevenção de risco

Seguindo a Recomendação 3/2015, de 1 de julho, indica-se o nome do Dr. João Manuel da Silva Alves, vogal do Conselho de Administração da SPLRF, como responsável pela sua execução e monitorização, uma vez que no caso desta Sociedade não existe qualquer elemento ou estrutura, responsável pela execução e monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLRF, sendo certo que, no final do ano se torna necessário efetuar uma avaliação das medidas implementadas e promover a sua publicitação no site da internet.

Estabelecer a elaboração anual de um relatório de monitorização da implementação do plano, que avalie as medidas de prevenção e a sua necessidade de revisão

No final de cada ano a SPLRF compromete-se a elaborar um relatório de monitorização da implementação do Plano, com a avaliação das medidas previstas (contando para o efeito com os contributos de todos os intervenientes na Sociedade), bem como realizar todos os ajustamentos considerados necessários.

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

O presente capítulo pretende apresentar um ponto de situação relativo à implementação das medidas de controlo dos riscos de corrupção e infrações conexas previstas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

De uma forma geral, considera-se que as medidas indicadas no Plano são adequadas e que, nestes dois últimos anos já foram implementadas, a sua maioria, encontrando-se em curso as restantes, como metodologia de trabalho assumida pela Sociedade.

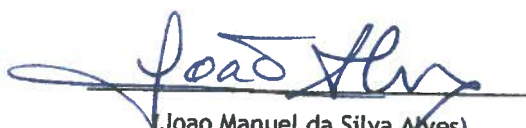
No Anexo I enumera-se as medidas previstas no Plano, associadas às grandes áreas de atuação da Sociedade, onde o Plano se centrou, nomeadamente: na área da contratação pública e gestão financeira, sendo que, para cada medida, é indicado o ponto de situação da sua implementação.

Olhão, Outubro de 2015

O Presidente do Conselho de Administração


(Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira)

O Vogal do Conselho de Administração


(Joao Manuel da Silva Alves)

O Vogal do Conselho de Administração


(Rogério Conceição Bacalhau Coelho)

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

ANEXO I

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by a series of loops and a final flourish.

Principais áreas de actividade: Contratação Pública (Aquisição de bens, serviços e empreitadas | Preparação, elaboração e execução de contratos)

Riscos Identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Ausência de verificação pela SPLRF de eventuais impedimentos na composição dos júris de procedimento	Moderado	Definir as atitudes comportamentais que os colaboradores devem adotar perante situações de conflitos de interesses por via da adoção de um Código de Ética e de Conduta	Medida implementada	Existência de um Código de Ética e Conduta da SPLRF
		Identificação e registo das situações de impedimento na composição dos júris de procedimento	Medida em curso	
		Controlo interno por via do sistema de gestão documental	Medida implementada	Utilização de sistema informático com registo de todos os procedimentos inerentes à contratação
Ausência de controlo pela SPLRF dos colaboradores e procedimentos envolvidos na contratação pública	Moderado	Mecanismos de controlo a vários níveis de avaliação e decisão por via da supervisão e aprovação do Conselho de Administração da Sociedade de todas as fases dos procedimentos de contratação pública (abertura de procedimento, nomeação de júri, critérios de avaliação, custo, empresas a consultar, relatórios de avaliação)	Medida em curso	
		Publicitação das adjudicações	Medida implementada	Publicitação no Portal Base Gov dos contratos celebrados ao abrigo das obrigações de comunicação do artº 465 do CCP
		Divulgação aos intervenientes relevantes sobre as atualizações ao CCP	Medida a implementar	Efetuada sessões informais de esclarecimento sempre que necessário



Principais áreas de actividade: **Gestão Financeira** (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)

Riscos Identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Pagamento de despesas após decisão de recusa de Visto pelo Tribunal de Contas	Fraco		Não se aplica	Não existiram recusas de Visto por parte do Tribunal de Contas
Pagamento de revisão de preços e trabalhos a mais antes que a respetiva despesa seja autorizada pela entidade com competência para o efeito	Fraco	Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLRF	Medida em curso	
Pagamento de trabalhos a mais, com vista à realização de trabalhos que resultam de empreitadas realizadas de forma deficiente	Moderado	Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLRF	Medida implementada	
Controlo na área do aprovisionamento quanto à gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos	Moderado	Existência de um orçamento anual que deve ter por base, planeamento, estratégia, rigor e ser aprovado previamente pelo Conselho de Administração da SPLRF	Medida implementada	
		Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLRF	Medida em curso	

Principais áreas de actividade: **Gestão Financeira** (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)

Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Registo orçamental da despesa não respeitando todos os princípios orçamentais	Fraco	Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas	Medida em curso	
		Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLRF	Medida em curso	
		Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização	Medida em curso	
		Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros	Medida em curso	
Ausência de planeamento na gestão da tesouraria	Fraco	Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização	Medida em curso	
		Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental, aprovados pelo Conselho de Administração da SPLRF	Medida em curso	
Realização de despesa sem que esteja devidamente orçamentada	Fraco	Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental	Medida implementada	

Principais áreas de actividade: Gestão Financeira (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)

Riscos Identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Política de remunerações e atribuições de prémios de gestão	Fraco		Não se aplica	A remuneração dos órgãos sociais é fixada pelo acionista Estado, não estando prevista a atribuição de prémios de gestão.
Prestação de contas a entidades externas	Fraco	Ao nível externo a SPLRF presta informação sistemática aos organismos tutelares e outras entidades (nomeadamente à DGTF, DGO, SIOE), por via, por exp. da plataforma SIRIEF. Igualmente está sujeita a auditorias e inspeções externas por parte da sua tutela sectorial	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental, aprovados pelo Conselho de Administração da SPLRF	Medida em curso	

VII.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

De seguida apresenta-se a lista de Acionistas que, nas datas do encerramento do exercício social e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, sejam titulares de, pelo menos, um décimo, um terço, ou metade do capital:

- Estado: 63% (14.175.000 €) | Realizado a 31/12/2015: 100%
- Câmara Municipal de Faro: 14% (3.150.000 €) | Realizado a 31/12/2015: 100%
- Câmara Municipal de Olhão: 11% (2.475.000 €) | Realizado a 31/12/2015: 41,67%

